

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DO MATO GROSSO
DO SUL



Fundação
Nacional
de Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

CAMPO GRANDE/MS, MARÇO/2017

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017e Portaria CGU nº 500/2016.

CAMPO GRANDE/MS, MARÇO/ 2017

2017. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Distribuição e Informação:

Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Endereço: Rua Jornalista Belizário Lima, 263 – Vila Glória – Campo Grande/MS

Telefones: (067) 3325-4304/1499

Página na internet: www.funasa.gov.br

Cep: 79004-270

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Relatório de Gestão 2016 / elaborado pela Superintendência Estadual da Funasa em Mato Grosso do Sul.

Ministério da Saúde:

Fundação Nacional de Saúde, 2017.

95 p.il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE

Antonio Henrique de Carvalho Pires

AUDITOR-CHEFE

Luis Carlos Marchão

PROCURADOR- CHEFE

Ana Salett Marques Gulli

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio Arnaldo Alves de Melo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Martins Milhim

DIRETOR DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Rodrigues Tavares

DIRETOR DE SAÚDE AMBIENTAL

Rodrigo Sérgio Dias

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA FUNASA EM MATO GROSSO DO SUL

Marco Aurélio Santullo

COORDENAÇÃO

Superintendente Estadual da Funasa em Mato Grosso do Sul

Marco Aurélio Santullo

EQUIPE TÉCNICA

Ana Érica Caetano Hamamoto

Giberto Durão Aranda

Simone Toshiko NakashitaFróes

Ivete de Souza Bueno Oshiro

Aldírio Sérgio Rodrigues

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CONTEÚDO GERAL.....	14
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC).....	14
1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	14
1.2. Ambiente de Atuação.....	15
1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade.....	15
1.3. Organograma da Unidade	19
1.4. Macroprocessos Finalísticos	25
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	35
2.1. Planejamento Organizacional.....	35
2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	35
2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	38
2.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	42
2.2. Desempenho Orçamentário.....	43
2.2.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	43
2.2.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	43
2.2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	44
2.2.3.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos	44
2.2.3.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores	44
2.2.3.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas.....	45
2.2.3.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores	45
2.2.4. Informações sobre a Execução das Despesas.....	47
2.2.4.1. Despesas totais por modalidade de contratação	47
2.2.4.2. Despesas por grupo e elemento de despesa.....	48
2.3. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	50
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	56
3.1. Descrição das Estrutura de Governança.....	56
3.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	56
3.3. Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	56
3.4. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	56
4. ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO	58
4.1. Gestão de Pessoas	58
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	58
4.1.1.1. Composição da Força de Trabalho.....	58
4.1.1.2. Distribuição da Força de Trabalho.....	58
4.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	59
4.1.2. Demonstrativos das despesas com pessoal.....	62
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	63
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários	63
4.1.4.1. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	64
4.1.4.2. Contratação de Estagiários.....	65
4.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	65
4.2.1. Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada	65
4.2.2. Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições.....	76

4.2.3	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	77
4.2.3.1	Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC.....	77
4.2.3.2	Distribuição Geográfica dos imóveis da União.....	77
4.2.3.3	Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	77
4.2.3.4	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.....	78
4.2.3.5	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis	79
4.2.3.6	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	79
4.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas	79
4.2.5	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	80
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação.....	80
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	81
5.1	Canais de acesso do cidadão	81
5.2	Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade	82
5.3	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	82
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	83
6.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	83
6.1.1	Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10	83
6.1.2	Justificativa quanto à Aplicação dos Procedimentos Patrimoniais	87
6.1.3	Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício	87
6.2	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	88
6.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	88
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	89
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	89
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	91
7.3	Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	92
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	92
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	92
7.6	Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda.....	93
8	CONCLUSÃO	94

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.3	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	25
Quadro A.2.2.3.2	Prestação de contas sobre transferências concedidas.	44
Quadro A.2.2.3.3	Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	45
Quadro A.2.2.3.4	Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	45
Quadro A.2.2.4.1	Despesas totais por modalidade de contratação	47
Quadro A.2.2.4.2	Despesas por grupo de elemento de despesa	48
Quadro A.2.3	Percentual de obras concluídas	50
Quadro B.2.3	Indicador de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental .	51
Quadro C.2.3	Indicador de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	52
Quadro D.2.3	Indicador de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).....	53
Quadro E.2.3	Indicador de municípios com amostras de água analisadas	54
Quadro F.2.3	Indicador de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	55
Quadro A.4.1.1.1	Força de Trabalho da UJ.....	58
Quadro A.4.1.1.2	Distribuição da Lotação Efetiva	58
Quadro A.4.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	59
Quadro A.4.1.2	Despesas do pessoal	62
Quadro A.4.1.4.1	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	64
Quadro A.4.2.3.2	Distribuição dos imóveis	77
Quadro A.4.2.3.3	Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	77
Quadro A.4.2.4	Imóveis cedidos	79
Quadro A.7.1	Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	89
Quadro A.7.2	Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	91
Quadro A.7.3	Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CPL – Comissão Permanente de Licitação
CGU – Controladoria-Geral da União
DIADM – Divisão de Administração
DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
MSD – Melhorias Sanitárias Domiciliares
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PGF – Procuradoria Geral Federal
PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico
PPA - Plano Plurianual
SAA - Sistema de Abastecimento de Água
SES – Sistema de Esgotamento Sanitário
SADUC – Seção de Educação em Saúde Ambiental
SAGEP - Seção de Gestão de Pessoas
SALOG – Seção de Recursos Logísticos
SAOFI – Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SECOV – Serviço de Convênios
SESAM – Serviço de Saúde Ambiental
SOPRE – Setor de Prestação de Contas
SOTRA – Setor de Transporte
SUEST – Superintendência Estadual
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ - Unidade Jurisdicionada
UPC – Unidade Prestadora de Contas
URCQA – Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água
UMCQA - Unidades Móvel de Controle da Qualidade da Água

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS:

- ANEXO I – Item 6.3 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por interesse apresentar as ações implementadas, as estratégias de atuação e os resultados alcançados no exercício de 2016, considerando os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); bem como aquelas do Programa Brasil Sem Miséria (2011 – 2013) e no Plano Nacional de Saúde (PNS).

Conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU 59/2017 e Portaria CGU nº 500/2016, que definem as Unidades de Prestação de Contas (UPC) responsáveis por apresentar o Relatório de Gestão e o Processo Anual de Contas do exercício de 2016, a Presidência da Funasa e todas as suas Superintendências Estaduais (Suest) apresentarão Relatório de Gestão de forma individualizada. Com relação à Prestação de Contas, 9 (nove) dos Estados da Paraíba, Roraima, Santa Catarina, Amapá, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins apresentarão seus processos de forma individualizada. As demais Superintendências estão incluídas no Processo de Prestação de Contas Anual da Presidência.

O relatório está estruturado em seções divididas por temas correlatos, tais como orçamento, patrimônio, pessoal, indicadores gerenciais e outros, a fim de que o leitor tenha uma visão ampla do funcionamento da unidade no decorrer do exercício em referência.

A Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul, assim como todos os entes, entidades e órgãos da Administração, enfrentou dificuldades no exercício da missão institucional, notadamente quanto as restrições orçamentárias e contingenciamento despesas, o que impactou diretamente nos seus indicadores de desempenho. Os resultados foram influenciados não só pela atuação da Superintendência, mas também pela atuação dos principais parceiros da instituição (Municípios e Governo Estadual), os quais executam as ações de saneamento e de saúde ambiental firmadas por meio dos instrumentos de repasses.

Todos os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa/Suest-MS, bem como aqueles em que não houve ocorrência durante o exercício, como se segue:

Itens que **NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA**

- 2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
- 2.2.3.1 Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos
- 3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos
- 4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Itens que **NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE JURISDICIONADA**

- 4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições
- 4.2.3.5 Despesas de Manutenção e a Qualidade dos Registros Contábeis Relativamente aos imóveis
- 7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

CONTEÚDO GERAL

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS), instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, sofreu alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, que aprovou o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo FCPE, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A Funasa é dirigida por um Presidente, auxiliado por um Diretor-Executivo e por três Diretores, nomeados por indicação do Ministro de Estado da Saúde, na forma da legislação em vigor. Sua atuação ocorre de forma descentralizada, por meio de suas Superintendências Estaduais, que contam com estrutura técnico-administrativa capaz de promover, supervisionar e orientar as ações sob a responsabilidade da instituição.

No que se refere ao saneamento ambiental – implementação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) - a Funasa conta com a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País, apoiando ou executando obras a partir de critérios epidemiológicos, sócio-econômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. Por meio de ações de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental, a Funasa busca a promoção da melhoria da qualidade de vida, procurando a redução de riscos à saúde, incentivando a universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, e a promoção de melhoria no manejo adequado dos sistemas de drenagem urbana para áreas endêmicas de malária, de melhoria habitacional para controle da doença de Chagas, de melhorias sanitárias domiciliares, e de ações de saneamento em comunidades ribeirinhas, quilombolas e especiais.

No que se refere à Saúde Ambiental, considerando que a universalização do serviço de abastecimento de água é uma das grandes metas para os países em desenvolvimento, por ser o acesso à água, em quantidade e qualidade, essencial para reduzir os riscos à saúde pública; e considerando a necessidade da adoção de estratégias de gestão que incluam a implementação dos padrões e procedimentos preconizados na legislação, principalmente aquelas afetas ao controle da

qualidade da água para consumo humano, a Funasa, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, criou o Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA), implementado em articulação com os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, órgãos de meio ambiente, estados, Distrito Federal e municípios, conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Outra área do conhecimento técnico que a Funasa investe é a da Educação em Saúde Ambiental que contribui efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

1.2. Ambiente de Atuação

1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade

a) Caracterização e o comportamento do mercado de atuação:

Considerando a natureza jurídica da instituição - fundação pública com natureza de autarquia, vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base no disposto no art. 14, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, há que se levar em conta que o seu ambiente de atuação está conformado dentro do contexto da saúde pública brasileira, notadamente, de acordo com a sua missão, nas áreas de saneamento ambiental e saúde ambiental, com vistas à promoção da saúde e a inclusão social de parcelas da população carentes desse tipo de ações.

Nesta perspectiva, o seu leque de **atuação se dá estritamente no âmbito de uma importante política pública**, traduzida nas diversas ações que a integram e que, em relação àquelas a cargo da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, têm por interesse a melhoria das condições de saúde das populações residentes em municípios com até 50 mil habitantes, às populações rurais, reservas extrativistas, comunidades remanescentes de quilombos, e populações ribeirinhas, via transferência de recursos orçamentários a partir de critérios de seleção de natureza epidemiológica, ambiental e sócio econômico, bem como o desenvolvimento de ações de saúde ambiental relacionadas às estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, que tem como público alvo, além dos já mencionados anteriormente, os entes municipais e estaduais.

Assim, o “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, foi aprovado em julho de 2008 e homologado em dezembro de 2008. O documento foi norteado pelo entendimento na construção de caminhos e soluções para a universalização do acesso ao saneamento básico e à inclusão social e teve por propósito mobilizar diversos segmentos da sociedade para a construção do Plano, bem como seu engajamento para o alcance dos objetivos e metas propostos.

Em novembro de 2013 foi publicado o Decreto nº 8.141/2013, que dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB e instituiu o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB, para acompanhar o monitoramento, a avaliação, a implementação e a revisão do PNSB, integrado por representantes dos órgãos, instituições e conselhos, dentre eles a Fundação Nacional de Saúde.

Em dezembro do mesmo ano o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), denominado Plansab, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), com a aprovação de sete ministros de estado (Cidades, Fazenda, Casa Civil, Saúde, Planejamento, Meio Ambiente e Integração Nacional). A Portaria Interministerial 571/2013 estabelece diretrizes, metas e ações de saneamento básico para o País nos próximos 20 anos (2014-2033). O plano prevê alcançar nos próximos 20 anos 99% de cobertura no abastecimento de água potável, sendo 100% na área urbana e de 92% no esgotamento sanitário, sendo 93% na área urbana. Em resíduos sólidos, o Plansab prevê a universalização da coleta na área urbana e a ausência de lixões ou vazadouros a céu aberto em todo o País. Para águas pluviais, outra meta é a redução da quantidade de municípios em que ocorrem inundações ou alagamentos, na área urbana de 11%. O Plansab contempla uma abordagem integrada dos serviços de saneamento básico em quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. De acordo com a Lei, o Plansab deve ser avaliado anualmente e revisado a cada quatro anos, preferencialmente em períodos de vigência dos Planos Plurianuais (PPA) do governo federal.

No plano internacional, dois marcos referenciais, aprovados no âmbito da Organização das Nações Unidas e estreitamente relacionados ao Plansab, merecem registro:

- (i) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, firmado pelo Brasil e outros 190 países, em setembro de 2000, prevendo, entre outras metas relacionadas ao saneamento básico, a redução em 50%, até 2015, da parcela da população que não tinha acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no ano de 1990;
- (ii) a Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 2010, apoiada por 122 nações, com 41 abstenções e nenhum voto contrário, com forte suporte da diplomacia brasileira, e que trata dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, afirma ser o acesso à água limpa e segura e ao esgotamento sanitário adequado a um direito humano, essencial para o pleno gozo da vida e de outros direitos humanos.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Em relação às competências institucionais, e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2016-2019, a atuação do Ministério das Cidades é dirigida a municípios com população superior a 50mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

À Secretaria Especial de Saúde Indígena cabe executar ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nas aldeias. À Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cabe exercer a vigilância da qualidade da água nas áreas de portos, aeroportos e passagens de fronteiras terrestres.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Atualmente, esse Ministério, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), tem atuado na capacitação e assistência técnica com vistas à implementação da gestão regionalizada dos resíduos sólidos. Nesse contexto, visando orientar diretrizes, metas, programas e ações no âmbito da política de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que buscou compatibilidade com a proposta do PLANSAB.

Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário das águas superficiais e subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais susceptíveis à ocorrência de inundações.

Em vista desta moldura legal e institucional, o Plansab vem, portanto, dar cumprimento aos ordenamentos legais relativos ao setor de saneamento básico, representando o resultado de esforço dos vários órgãos federais com atuação na área, sob coordenação do Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

À Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas. Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

Ameaças:

- Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características;
- Baixa capacidade de gestão dos parceiros aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas.

Oportunidades:

- Implantação, pelo Governo Federal, de políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, de âmbito nacional, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas as populações rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, e em municípios com até 50 mil habitantes que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

As Superintendências Estaduais - Suests – braços executores da instituição – se relacionam com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

Em 2016 foi publicado o Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, que aprovou o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde, remanejou cargos em comissão e substituiu cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo FCPE.

h) Ambiente de atuação das unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, sendo as unidades executoras dos compromissos assumidos pela Instituição.

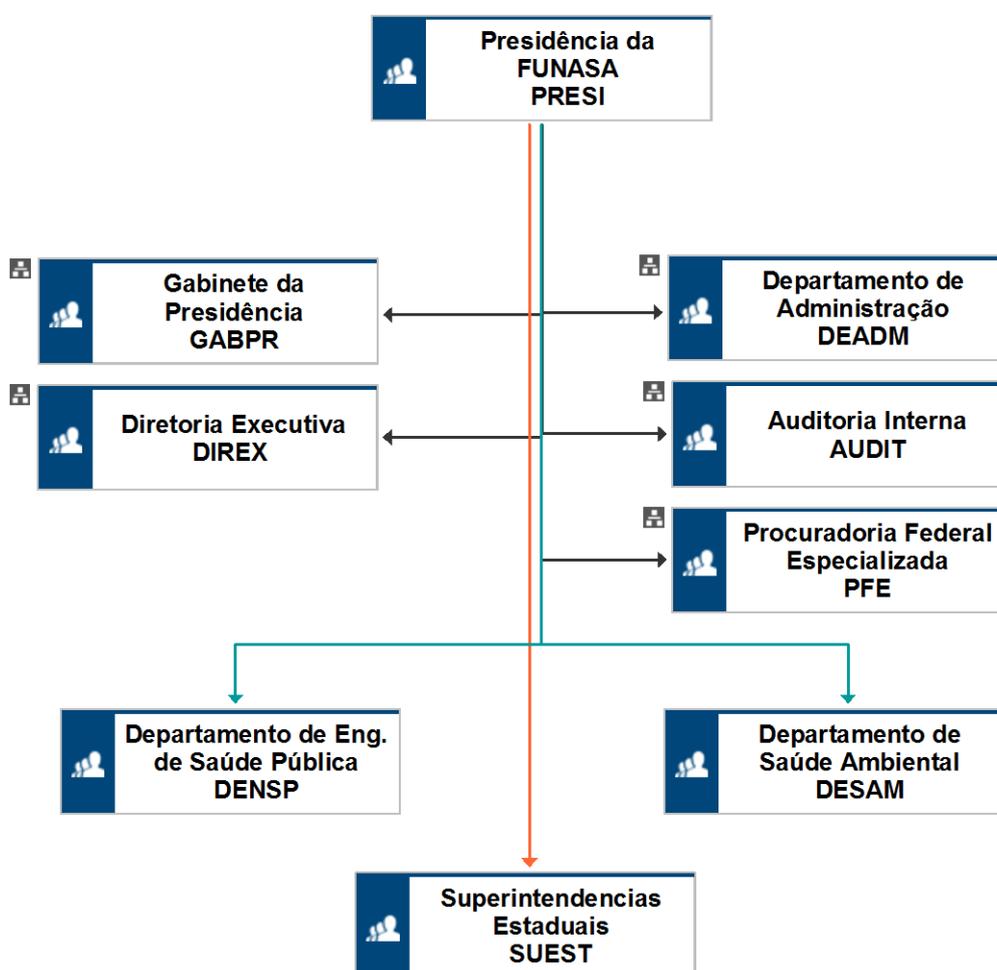
1.3. Organograma da Unidade

O Organograma apresentado a seguir foi elaborado com base no Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções

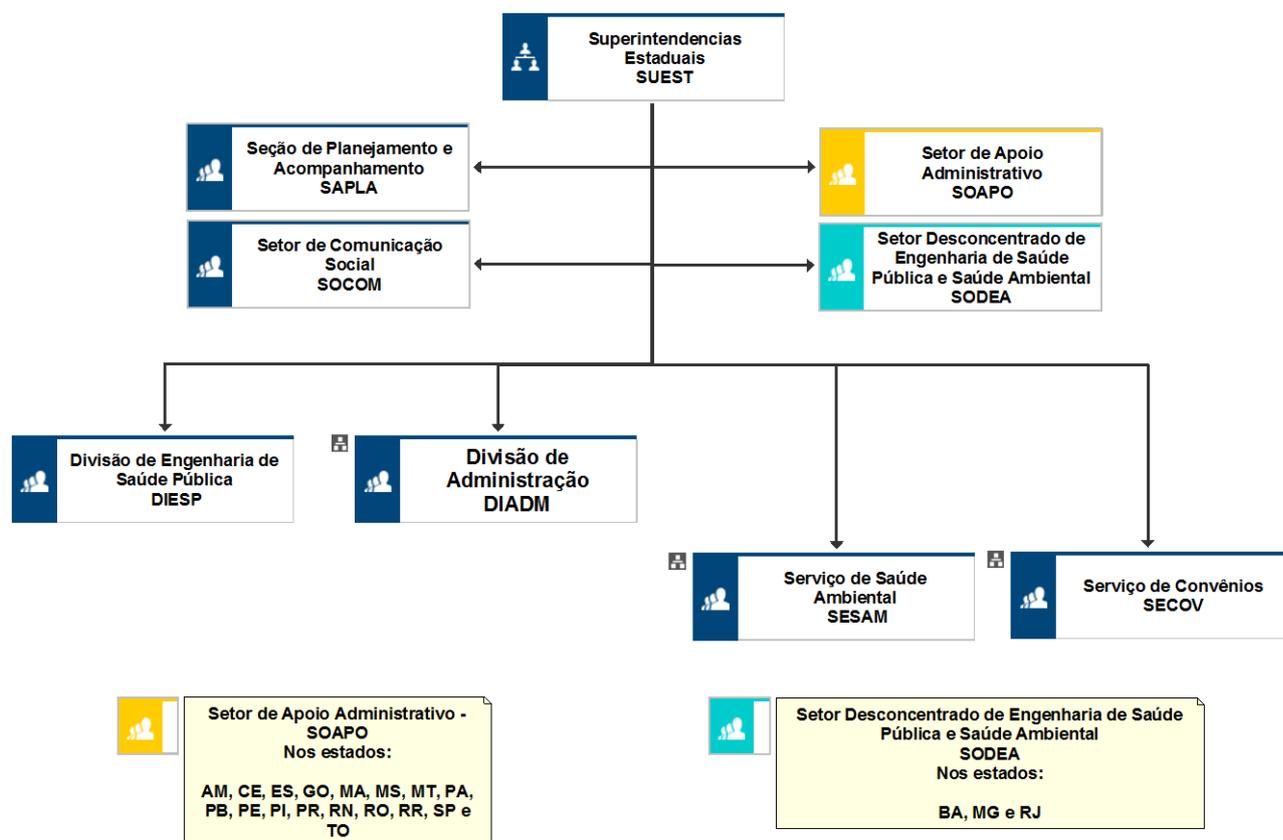
Comissionadas do Poder Executivo FCPE e no apostilamento decorrente da Portaria Funasa nº. 809, de 27 de outubro de 2016 - Publica as denominações das Unidades Organizacionais da Fundação Nacional de Saúde e apostila os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Função Comissionada do poder Executivo – FCPE e das Funções Gratificadas – FG.

Até a conclusão do presente relatório, o Regimento Interno encontra-se em tramitação no Ministério da Saúde para aprovação, por essa razão, não constará deste Relatório de Gestão.

A Estrutura organizacional Macro da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA é representada pelo organograma a seguir:



ORGANOGRAMA MACRO DAS SUPERINTENDENCIAS ESTADUAIS - SUEST



Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA, em suas respectivas áreas de atuação.

IV - Unidades Descentralizadas: Superintendência Estadual – SUEST:

1. Seção de Planejamento e Acompanhamento - SAPLA;
2. Setor de Comunicação Social - SOCOM;
3. Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP;
4. Setor de Apoio Administrativo - SOAPO;
5. Setor Desconcentrado de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental Feira de Santana – SODEA
6. Divisão de Administração - DIADM;
 - 6.1. Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SAOFI;
 - 6.2. Seção de Gestão de Pessoas - SAGEP,
 - 6.2.1. Setor de Desenvolvimento de Pessoas - SODEP;
 - 6.2.2. Setor de Administração de Pessoal - SOAPE;
 - 6.3. Seção de Recursos Logísticos - SALOG;
 - 6.3.1. Setor de Compras e Contratos - SORCO;
 - 6.3.2. Setor de Patrimônio e Material - SOPAM
 - 6.3.3. Setor de Transporte - SOTRA;
7. Serviço de Saúde Ambiental - SESAM;
 - 7.1. Seção de Educação em Saúde Ambiental - SADUC;

7.2. Seção de Controle da Qualidade da Água - SACQA;

8. Serviço de Convênios - SECOV;

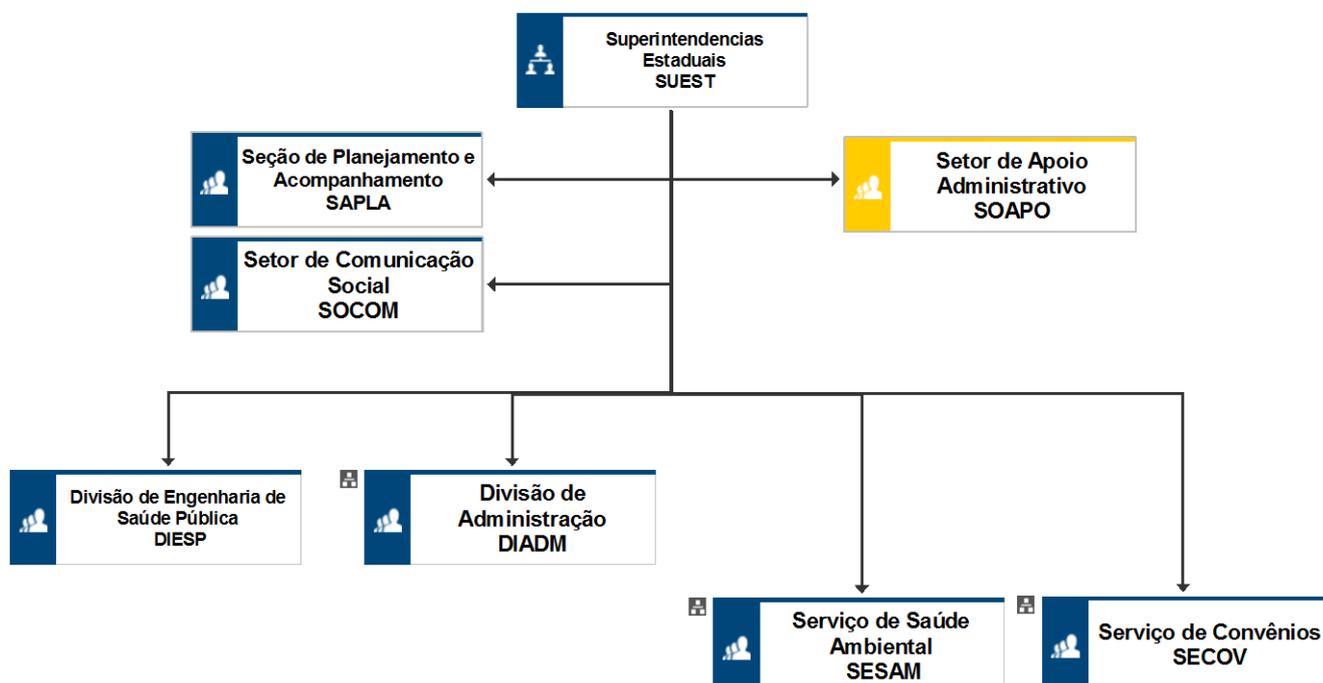
8.1. Setor de Celebração de Convênios - SOCEC;

8.2. Setor de Prestação de Contas - SOPRE;

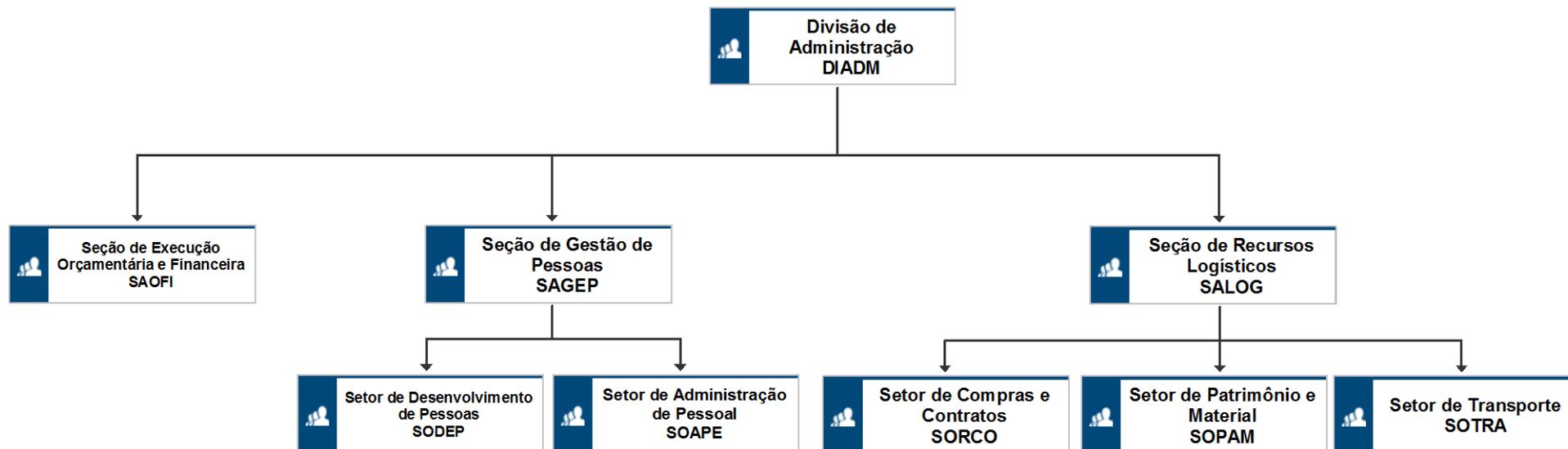
OS SEGUINTE ESTADOS SÃO FORMADOS PELA ESTRUTURA MACRO ABAIXO

ESTADOS:

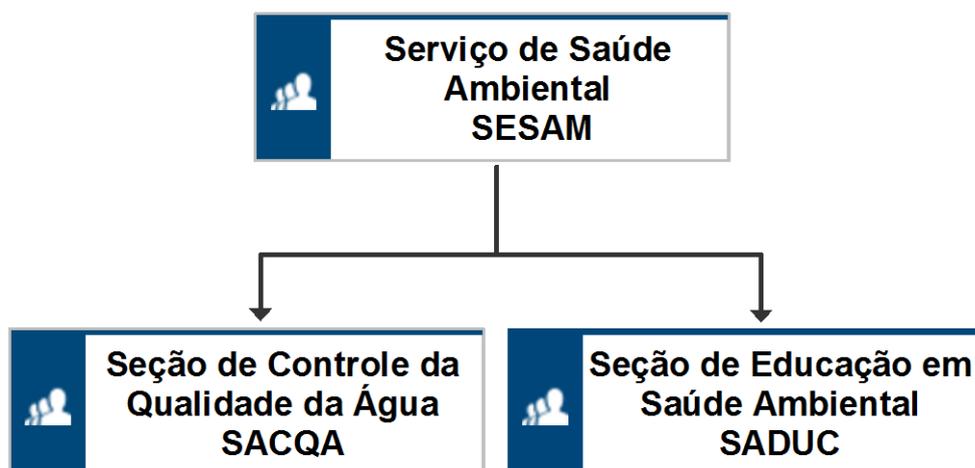
Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, **Mato Grosso do Sul**, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins.



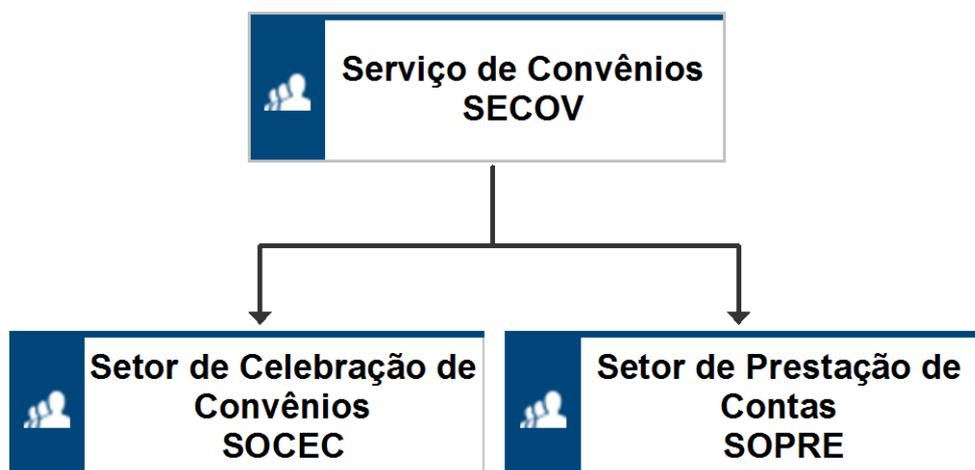
Estrutura da Divisão de Administração – DIADM em todos os estados:



Estrutura do Serviço de Saúde Ambiental – SESAM em todos os estados



Estrutura do Serviço de Convênios – SECOV em todos os estados



Quadro A.1.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas a Saneamento Básico na Suest-MS	Simone Toshiko Nakashita Fróes	Agente Administrativo	23/05/2014 a 31/12/2016
Serviço de Saúde Ambiental	Executar ações relacionadas a Saúde Ambiental na Suest-MS	Antônio Carlos Vilharva	Guarda de Endemias	24/10/2011 a 31/12/2016

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Para execução das suas atividades finalísticas, a Funasa detém de três macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais, sendo eles: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações em Saúde Ambiental, Gestão de Parcerias de Convênios. As atividades ligadas a cada macroprocesso estão consubstanciadas nos tópicos a seguir:

1.1. Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Trata a relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da Funasa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Fazem parte das prioridades da Funasa a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle, estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento básico. A Funasa, através das Superintendências Estaduais, realiza apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP, e suas atribuições conforme o Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 11. Ao Departamento de Engenharia de Saúde Pública compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas a:

I – formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para prevenção e controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento;

II – formulação e implementação de ações de saneamento e engenharia, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

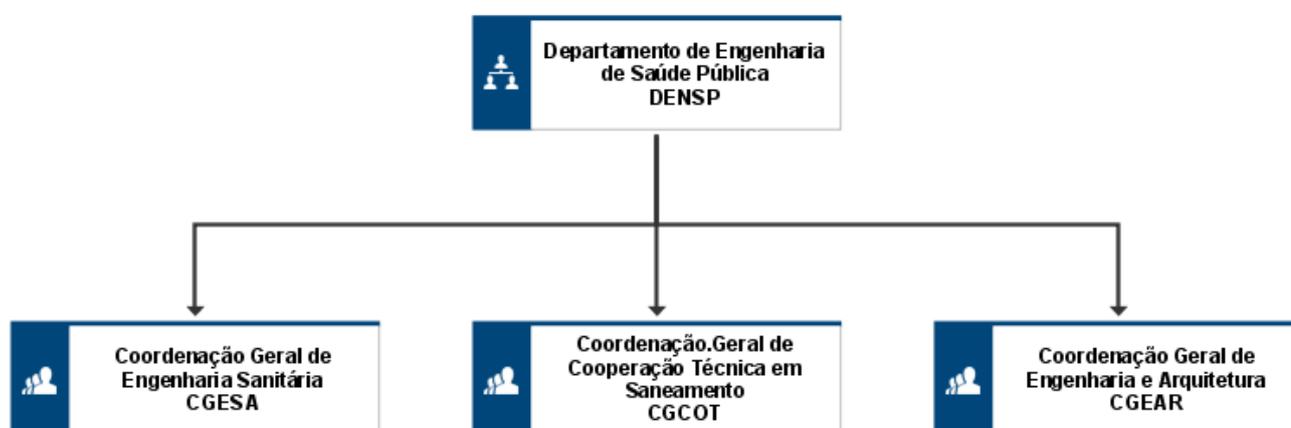
III – *cooperação técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a melhoria da gestão dos sistemas públicos de saneamento;*

IV – *sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais;*

V – *acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos a obras financiadas com recursos da Funasa; e*

VI – *fiscalização e acompanhamento das obras de engenharia financiadas com recursos da Funasa.”*

Estrutura Organizacional do DENSP (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Quadro descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
-----------------------	------------------	----------------------------	----------------------------	---------------------------------

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	<p>Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.</p> <p>As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.</p>	<p>Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas (MHCDC), construção de Cisternas e Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).</p>	<p>Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.</p>	<p>Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP),</p> <p>Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).</p>

1.2. Gestão de Ações de Saúde Ambiental

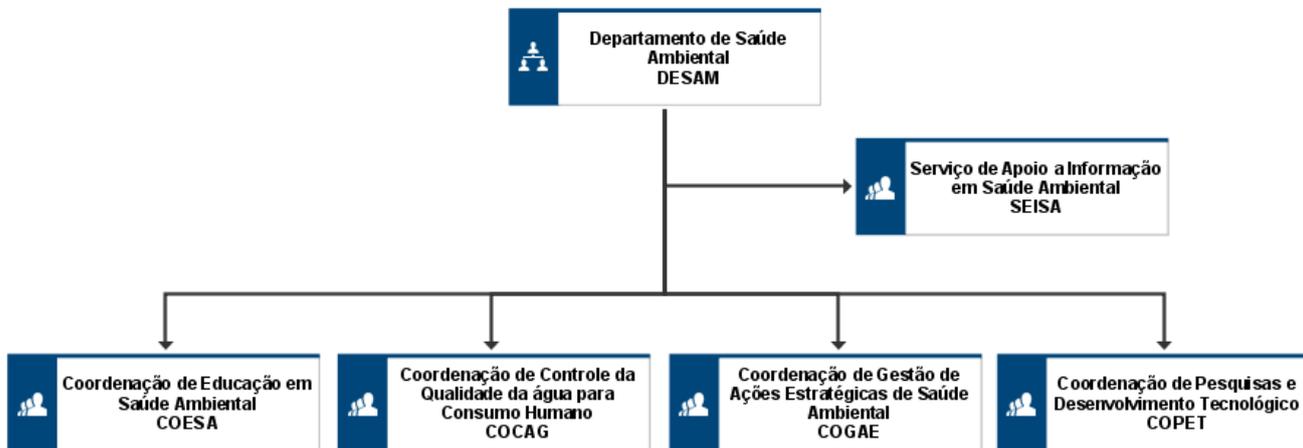
Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. No âmbito deste macroprocesso estão o controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Saúde Ambiental – DESAM e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 12. Ao Departamento de Saúde Ambiental compete planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- II – controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;*
- III – apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de atuação da Funasa; e*
- IV – fomento à educação em saúde ambiental.*

Estrutura Organizacional do DESAM (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Quadro descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental. No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em Saúde Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) e Serviço de Saneamento Ambiental (SESAM).

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.			

1.3. Gestão de Parcerias de Convênios

Comporta todos os processos relativos à celebração e gestão de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC (transferência obrigatória).

As unidades responsáveis pelo macroprocesso é a Diretoria Executiva - DIREX e a Coordenação Geral de Convênios – CGCON e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 7. À Diretoria Executiva, órgão seccional integrante dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal, compete planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas a:

- I – programas especiais do Governo federal afetos à Funasa;*
- II - elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento estratégico, dos planos anuais de trabalho e do plano plurianual;*
- III – elaboração de planos, programas e projetos que visem à melhoria da gestão, do desempenho e dos resultados institucionais;*
- IV – elaboração de propostas subsidiárias ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;*
- V – sistematização do processo de planejamento e avaliação das atividades institucionais, com base em indicadores de desempenho organizacional, e elaboração do relatório de gestão anual;*
- VI – gerenciamento administrativo dos acordos com organismos internacionais;*

- VII – celebração e acompanhamento dos convênios firmados pela Funasa e análise da prestação de contas dos recursos transferidos;*
- VIII – gestão orçamentária da Funasa; e*
- IX – elaboração da proposta orçamentária da Funasa, em conjunto com os demais Departamentos.”*

Quanto às atribuições da Coordenação Geral de Convênios, as mesmas estão em fase de aprovação do Regimento Interno da Funasa, que até o momento da elaboração deste Relatório de Gestão não havia sido aprovado e publicado, porém foi sugerido as seguintes competências:

“Art. 18. À Coordenação-Geral de Convênios - CGCON compete:

- I - propor os procedimentos internos, em conformidade com as diretrizes institucionais, para a celebração, o gerenciamento e a prestação de contas de convênios, os termos de compromisso e instrumentos congêneres;*
- II - manter atualizados bancos de dados com informações sobre convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;*
- III - acompanhar e disseminar a legislação aplicável ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres em nível central e unidades descentralizadas;*
- IV - coordenar as atividades relacionadas à celebração e à prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres celebrados pela FUNASA;*
- V - promover a gestão de convênios, de termos de compromisso e instrumentos congêneres nas unidades descentralizadas; e*
- VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades das coordenações subordinadas.*

Estrutura Organizacional da DIREX (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016)



Quadro descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Convênios	<p>Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).</p> <p>As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as</p>	Execução e acompanhamento da Gestão de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Coordenação Geral de Convênios (CGCON) e Serviço de Convênios (SECOV).

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	informações necessárias à Presidência da Funasa.			

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2009, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009A-2014 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2009). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. **Planejamento:** Onde se define os processos a serem mapeados;
2. **Mapeamento:** Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. **Análise e Redesenho do Processo:** Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.
4. **Implementação:** Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estaduais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

Em relação ao macroprocesso de Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, ainda não foram iniciados mapeamentos dos processos desta área finalística. Quanto ao mapeamento dos processos do macroprocesso de Gestão de Ações de Saúde Ambiental, foram iniciados os mapeamentos, análise e melhoria dos processos listados abaixo, com previsão de continuação dos demais macroprocessos no decorrer do ano de 2017:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Educação em Saúde	Fomentar ações de saúde ambiental.

O mapeamento inicial dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de "Gestão de Convênios", bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Inovação e Infraestrutura Tecnológica/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Direx e serviu de subsídio para a

identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Em outubro de 2014, até o presente momento, foi iniciado um novo ciclo de mapeamento dos processos de gestão de convênios no âmbito da Coordenação Geral de Convênios – CGCON, ainda em andamento, no intuito de melhorar continuamente os processos anteriormente mapeados, bem como normatizá-los, sendo eles:

- Celebração de Convênios
- Instruir para Repasse de Recursos
- Aditivos de Instrumentos de Repasse
- Prestação de Contas de Transferências Voluntárias
- Prestação de Contas de Transferências Obrigatórias
- Controlar Dados de Convênios
- Atender às Diligências dos Órgãos Externos

Os macroprocessos finalísticos mapeados e implementados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Esta seção, estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário, resultados operacionais, demonstra como a Funasa planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de referência do relatório.

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Em função da pendência de estabelecimento de um plano estratégico com definição dos objetivos estratégicos, metas e indicadores, passa-se analisar as estratégias adotadas para a realização do definido no Plano Plurianual.

No exercício de 2016, a Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Presidência da Funasa contextualizou um trabalho de acompanhamento junto às Superintendências Estaduais, do qual resultou o documento intitulado de “Relatório de Atividades 2016”, contemplando as dificuldades ocorridas e a proposição de soluções para resolução, além das respectivas execuções orçamentárias e financeiras no referido período.

Neste contexto a Suest-MS, em sua área finalística, executou as seguintes atividades:

Saneamento Ambiental – Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP

A programação de visitas técnicas elaboradas pela DIESP-MS, no ano de 2016, teve o objetivo de supervisionar o andamento da execução das obras, para fins de prosseguimento do cronograma de desembolso ou para elaboração de pareceres técnicos de prestação de contas final. No entanto, em virtude do quadro técnico funcional reduzido e do contingenciamento de despesas, as visitas somente foram realizadas conforme a provocação do conveniente/compromitente, os quais atualizavam previamente, por meio dos sistemas de gerenciamento, o percentual de execução da obra. Assim, cada visita tinha um objetivo específico, que era confirmar as informações inseridas nos sistemas, visando a liberação do recurso subsequente ou atestar a conclusão da obra, não sendo possível estabelecer um roteiro amplo de supervisão, com a finalidade de acompanhar cada empreendimento a fim de evitar possíveis prejuízos ao erário e danos ao interesse público.

Abaixo a programação da DIESP-MS em 2016:

- Sistema de Abastecimento de Água – 20 visitas.
- Sistema de Esgotamento Sanitário – 37 visitas.
- Resíduos Sólidos – 17 visitas.
- Melhorias Sanitárias Domiciliares – 17 visitas.

Resultados/andamentos:

Planos Municipais de Saneamento Básico - Projeto em andamento: Aprovar os produtos A, B, C e J para liberação da segunda parcela;

Melhorias Sanitárias Domiciliares –

PAC I – 06 visitas programadas / 03 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão(OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios.

PAC II – 06 visitas programadas / 01 realizada, para acompanhamento sem contrato de Supervisão(OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios

Emendas – 05 visitas programadas / 05 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão(OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios

Indígena - Todas as obras já estão concluídas de acordo com as convenientes. Agendada visita conjunta com o DSEI para finalização dos convênios remanescentes

Resíduos Sólidos Urbanos -

17 visitas programadas / 16 realizadas - Acompanhamento sem contrato de Supervisão (OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios.

Sistemas de Abastecimento de Água –

PAC I – 15 visitas programadas/ 15 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão(OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios

PAC II – 03 visitas programadas / 02 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão (OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios.

Emendas – 02 visitas programadas/ 02 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão (OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios

Indígena - O TC/PAC 305/10, encontra-se em andamento com várias pendências a serem atendidas pela Prefeitura; O TC/PAC 311/10 não será mais executado, estamos aguardando a prefeitura entrar com a Prestação de contas FINAL.

Sistemas de Esgotamento Sanitário –

PAC I – 15 visitas programadas/ 10 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão (OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios

PAC II – 10 visitas programadas / 7 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão(OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios

Emendas – 12 visitas programadas / 9 realizadas, para acompanhamento sem contrato de Supervisão(OBRAS COM LIBERAÇÃO DE PARCELAS) - emitir relatórios

Saúde Ambiental – Serviço de Saúde Ambiental – SESAM

As atividades apresentadas, em quase sua totalidade, se referem a convênios firmados para Fomento à Educação em Saúde Ambiental e elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Fomento à Educação em Saúde Ambiental: 9 das ações encontram-se em andamento, 5 não iniciadas, 1 foi cancelada e apenas 1 foi concluída;

O Projeto Remediar é executado por etapas, ambas de acordo com a Coordenação do Projeto na Presidência da DESAM/FUNASA/MS, porém as etapas executadas até o momento foram:

- 1.Elaboração do Instrumento para levantamento de informações com orientativo;

2. Capacitação e sensibilização dos Técnicos;
3. Reuniões de Avaliação e Nivelamento (SESAM);
4. Desenvolvimento de Parcerias;
5. Materialização do Projeto Remediar;
6. Licitação para contratação de empresa para realizar a Avaliação Ambiental nas 25 áreas iniciais; e Aplicação do Modelo Conceitual (esta Etapa de nº. 6 (seis) encontra se em Andamento pela Presidência)

Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano: Realizadas análises de água em assentamentos e palestra para os técnicos (Nioaque/MS – abril/2016).

Foram desenvolvidas atividades laboratoriais de apoio ao SAAE/Paraíso das Águas, com coleta, transporte, processamento de amostras de água para consumo humano nas dependências do SAAE, bem como apoio técnico na execução do Plano de Amostragem de água tratada no município, em conformidade com a Portaria MS nº 2.914/2011(Artigo nº 09), e Portaria Funasa/Presi nº 190/2014. (abril/2016)

Atendida do município de Rochedo/MS, no sentido de executar coleta de amostra de água em 03 poços tubulares profundo para posterior análise no laboratório em Campo Grande (maio/2016).

Realizada coleta de água para análise físico química de um poço profundo para consumo humano em Rochedo/MS (setembro/2016).

Coletadas amostras de água de poços tubulares profundos que são utilizados para o consumo humano, e realizadas análise físico químico nas comunidades rurais do município de Corumbá (dezembro/2016).

Planos Municipais de Saneamento Básico: 9 planos elaborados.

Os principais problemas detectados na execução das atividades foram:

Planos Municipais de Saneamento Básico: A conveniente atender satisfatoriamente o que está definido no termo de referência

Saneamento e Resíduos Sólidos: Falta de recursos, corpo técnico reduzido, dificuldades da compromitente em lançar o RAE no SIGA (DIESP), problemas na alimentação dos sistemas (Siconv e Siga), não liberação de recursos, dificuldades das prefeituras em atender as pendências

Convênios da Área Indígena - Dificuldade em realizar visita conjunta com o DSEI/SESAI/MS. São encaminhados Ofícios com o intuito de agendar visita, porém não há respostas para os expedientes encaminhados. Como são feitas duas tentativas para esse agendamento, conseqüentemente há um atraso em nossas programações. Algumas Prefeituras nos informaram também a dificuldade no acesso as Aldeias devido aos conflitos indígenas.

Saúde Ambiental - Falta de recursos para acompanhamento dos convênios, dificuldade de emitir relatórios sem visita técnica nos Convênios de Fomento de Educação em Saúde Ambiental

Propostas de superação dos problemas apresentados:

Planos Municipais de Saneamento Básico: agendar reuniões para esclarecimento de dúvidas.

Saneamento e Resíduos Sólidos: Liberação de recursos, ajustes de Plano de Trabalho e depósito da contrapartida pelo proponente na conta corrente.

Convênios da Área Indígena: agendar visitas com recursos próprios.

Saúde Ambiental - Mais agilidade para liberar os recursos dos convênios aprovados.

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em 2012 houve a definição dos seguintes referenciais estratégicos da Funasa em decorrência das alterações estatutárias ocorridas pela Lei n. 12.314, de 19.08.2010:

» **Missão**

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

» **Visão de Futuro**

Até 2030, a Funasa, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

» **Valores**

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;
- Eficiência, Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso socioambiental.

Naquela oportunidade, não houve desdobramento dos referenciais em objetivos estratégicos da Funasa, tal fato inviabilizou a definição de metas e indicadores de desempenho institucional.

A Funasa, como integrante do componente de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), atuou no período de 2007 a 2010, em articulação com os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional nos eixos: Saneamento em Áreas Especiais, Saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico, Saneamento em municípios com

população total de até 50 mil habitantes, Saneamento Rural e Ações complementares de saneamento.

Nos anos de 2011 a 2014, período referente ao PAC 2, a Funasa desenvolveu ações referentes aos Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares, Elaboração de Projetos e Saneamento Rural.

Assim sendo, os esforços da Funasa foram concentrados na execução do programa de governo. Nesse sentido, a Funasa adotou como objetivos institucionais aqueles estabelecidos nos referidos programas governamentais.

Nos anos de 2012 a 2015, foi utilizada a ferramenta MS Project para acompanhamento das ações desenvolvidas pela Funasa em decorrência à execução do PAC 1 e 2, bem como outras ações consideradas relevantes pela Alta Direção.

Neste contexto, chega-se ao ano de 2016 em um cenário com grave crise político-econômica do país com reflexos diretos na Funasa que, imbuída da importância da sua missão institucional e com o foco no alcance da sua visão de futuro, impulsionou a discussão com vistas à elaboração do Plano Estratégico da instituição, partindo-se dos referenciais estratégicos definidos em 2012, para tal, iniciou o Ciclo de Realinhamento Estratégico, como estratégia para definir os objetivos estratégicos que nortearão suas ações e decisões nos próximos anos, bem como, metas e indicadores para o monitoramento do desempenho institucional.

Este Ciclo de Realinhamento Estratégico está sendo elaborado de forma participativa, partindo-se da análise dos fatores e ambientes internos, assim como, dos fatores e cenários externos.

A primeira atividade realizada em 2016 foi o diagnóstico institucional, o qual foi dividido em duas fases, a interna e a externa. A fase interna compreendeu a realização de uma pesquisa com os colaboradores da instituição por meio da aplicação de um questionário online e impresso. Na fase externa, foi realizada uma pesquisa junto aos agentes externos críticos para o sucesso da missão da instituição com aplicação de um questionário diferenciado para este público.

Em resultado a esta atividade foi elaborado o Relatório do Diagnóstico Institucional com a apresentação dos resultados das pesquisas (externa e interna), o qual foi apresentado e disponibilizado para o público interno.

Concomitantemente, foram realizadas oficinas estratégicas (departamentos da Funasa Presidência e Superintendências Estaduais) para construção gradativa dos objetivos estratégicos. Estas oficinas contaram com a presença dos diretores, coordenadores-gerais, coordenadores e técnicos, considerando se tratar de processo participativo, ou seja, os objetivos estratégicos devem ser pactuados com as principais lideranças da Funasa e seu corpo técnico.

Nas oficinas estratégicas foram apresentadas as diretrizes do trabalho, a metodologia a ser aplicada, e posteriormente foi realizada a análise crítica dos pontos levantados/respondidos anteriormente pelas equipes para a elaboração do ranking dos principais pontos, os quais subsidiarão a elaboração dos objetivos de acordo com sua importância (cumprimento da missão

institucional), sua urgência (resolução/priorização) e sua tendência (piorar/melhorar com rapidez ou de forma lenta).

Como produto destas oficinas foi construída a Matriz *Swot* da Funasa disponibilizada e apresentada para o público interno, de forma a contribuir, juntamente com o Relatório do Diagnóstico Institucional, para a elaboração dos objetivos estratégicos, metas e indicadores para o Planejamento Estratégico da instituição.

Este terceiro momento será realizado em conjunto com todas as áreas e abordará a elaboração dos objetivos estratégicos e seus desdobramentos em metas e indicadores. Esta etapa de consolidação dos objetivos será finalizada no mês de abril/2017.

Abaixo, seguem os resultados e avaliação dos dados coletados no diagnóstico institucional.

Na busca da elaboração dos objetivos estratégicos da Funasa, os resultados do Diagnóstico Institucional apontaram que as atividades desempenhadas pelos servidores e colaboradores da instituição contribuem no cumprimento de sua missão. Sobre a visão de futuro, a maioria dos servidores não soube opinar ou não acredita que a Funasa será até 2030 uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental. No tocante aos valores institucionais, constatou-se que os valores melhores avaliados foram a ética, a transparência, o compromisso socioambiental e, a eficiência, eficácia e efetividade, sendo necessário avançar nos valores equidade e valorização dos servidores.

Quanto ao processo decisório, é necessário possibilitar maior participação da força de trabalho nas decisões, que são baseadas em fatores técnicos e políticos, sendo que apenas 8% consideraram que essas decisões são baseadas somente em fatores técnicos, o que pode fragilizar o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão. A liderança foi considerada satisfatória e, a avaliação das decisões tomadas pelas chefias foram consideradas regulares.

A gestão administrativa foi avaliada como regular para seus aspectos, embora, o cenário apontado é de inadequada articulação entre as áreas, dificuldade de cumprimento de prazos definidos, indicação de atividades não alinhadas totalmente às normas e aos procedimentos, além das áreas não estarem devidamente estruturadas ao volume de trabalho, havendo há necessidade de alinhar os processos de trabalho aos resultados almejados pela Funasa.

Nesse contexto, a modernização administrativa, foi indicada como a principal melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa, sendo uma potencial contribuição para a superação das deficiências apontadas na gestão administrativa.

O fator humano é essencial para o sucesso da instituição em todos os seus aspectos, havendo um apontamento para a existência de disfunções relacionadas à gestão de pessoas as quais podem comprometer o desempenho das atividades. Tal apontamento foi endossado pela alta incidência de propostas de melhorias relacionadas à gestão de pessoas que devem ser conduzidas pela Funasa, sendo elencados os seguintes pontos críticos: i) Baixo incentivo à iniciativa e à criatividade; ii) Capacitações não atendem às necessidades das áreas; iii) Não oportunização de cargos de liderança para os servidores; iv) Quantitativo de servidores considerado insuficiente; v) Insatisfação em

relação à remuneração; vi) Condições do ambiente de trabalho que impactam na saúde do servidor/colaborador; e vii) desvio de função.

A valorização dos servidores e colaboradores pode impactar na melhoria dos resultados, é importante, portanto que Funasa capacite sua força de trabalho, elabore um Plano de Cargos e Salários e melhore a remuneração. Também como proposta de valorização dos servidores e colaboradores foi apontada a gestão por competência, que é capacidade de gerir, com conhecimento, habilidade e atitude, englobando aspectos de conhecimento técnico, prático, experiência, e ainda o comportamento humano, como forma de estimular o desenvolvimento profissional da força de trabalho. Esse modelo de gestão foi sugerido também como forma de melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa.

No tocante à gestão do conhecimento, há a preocupação quanto à perda do conhecimento em decorrência da saída de servidores, para a qual deverá ser implantada uma prática de retenção deste conhecimento.

O maior desafio apresentado para a Funasa foi alcançar maior efetividade das suas ações, além do próprio cumprimento da missão institucional, ou seja, a promoção da saúde e as ações de saneamento foram vistos também como desafios. No entanto, não será suficiente a Funasa modernizar-se, corrigir as disfunções internas apontadas, e superar os desafios sem comunicar de forma tempestiva os resultados das suas ações, tanto para o público interno quanto o externo. As ações de comunicação/informação deverão ser objeto de aprimoramento, no intuito de potencializar os resultados a serem alcançados.

A gestão técnica é outro desafio para a Funasa. Nesse ponto, a adoção de critérios técnicos é uma necessidade veemente, ou seja, os processos de trabalho e decisórios deverão estar tecnicamente convergentes com os referenciais estratégicos (missão, visão e valores). Assim, considerando que a Funasa almeja ser referência nas ações de saneamento e saúde ambiental, a gestão técnica tornar-se-á fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos. A necessidade de adoção de uma gestão participativa, na qual as decisões são compartilhadas com os demais membros para fins de contribuição no processo de tomada de decisão, foi apresentada.

Configura-se como outro desafio a redução da ingerência política na instituição, observa-se que a redução desta ingerência política foi considerada como necessária para a melhoria dos processos de decisão e gestão administrativa, na expectativa da sociedade em relação à Funasa, e inclusive como forma de valorização dos servidores.

A sociedade espera de uma instituição que tem a promoção da saúde e a inclusão social como missão, que ela atue com eficiência, sendo isto apontado de forma clara, ou seja, cumprir com sua missão, e também esperar que haja comunicação/informação efetiva para/com a sociedade. Na perspectiva interna, a sociedade espera ainda o compromisso e dedicação, alinhados a uma atuação ética e transparente.

O diagnóstico identificou distorções existentes na Funasa, mas também coletou propostas de melhoria já apresentadas (modernização, comunicação/informação, valorização dos servidores, eficiência e gestão de pessoas), e outras a serem implantadas como o acompanhamento e avaliação das ações executadas.

O enfrentamento dos desafios enseja o estreitamento do relacionamento da Funasa com parceiros, os quais contribuem para o desempenho da missão institucional. Na perspectiva destes, a maior contribuição da Funasa para a população é a promoção da saúde, seguida da universalização do saneamento dentro das competências institucionais. Os parceiros ressaltaram a importância da educação em saúde, o apoio técnico aos municípios e inclusão social como contribuições para melhoria da qualidade de vida. No entanto, é necessária a melhoria da comunicação com parceiro, assim como o nível de transparência das ações e, em consonância com os resultados da pesquisa interna, a Funasa também deverá melhorar a divulgação dos seus resultados.

Conhecer as oportunidades é fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos, pois permite a Funasa aproveitá-las em prol da melhoria dos seus resultados. A visão externa apresentou como oportunidade a própria ampliação das parcerias, o enfrentamento ao déficit de saneamento existente no país, e ainda o apoio técnico aos municípios, ressaltando a capilaridade da instituição, que permite uma atuação em todo o território brasileiro.

Por outro lado, as ameaças se apresentam como desafiadoras. A principal ameaça apontada pelos parceiros foi a falta de comunicação e informação das ações da Funasa, seguida da crise econômico-financeira do país. A fragilidade técnica e de gestão dos municípios, a morosidade na análise e acompanhamento, e a falta de planejamento integrado foram apontadas como ameaças que a Funasa deverá neutralizar para obter melhores resultados.

As principais ações sugeridas pelos parceiros para fortalecimento da relação entre as instituições foram apoio técnico, realização de encontros periódicos e desenvolvimento de capacitações. Os parceiros propuseram que a Funasa desburocratize seus processos de forma a imprimir maior celeridade nos seus resultados. A elaboração de estudos e pesquisas foi outra ação apontada como forma de fortalecimento da parceria. Assim como, a gestão participativa, também citada, poderá melhorar a articulação entre as instituições.

Em consonância com os referenciais estratégicos da Funasa, os parceiros identificaram a promoção da saúde como principal objetivo estratégico da instituição. Outros objetivos, tais como, universalização do saneamento, educação em saúde, apoio técnico, parcerias e ampliação da atuação, foram propostos de modo que a instituição continue contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

As disfunções e outros aspectos que afetam a saúde e a eficiência da instituição foram apontadas, cabe diante da perspectiva do Planejamento Estratégico, tentar reverter estas disfunções na proporção da capacidade da instituição para mudar as suas práticas. Há necessidade de alinhamento das estratégias, da cultura, dos sistemas de trabalho aos referenciais estratégicos estabelecidos (missão, visão e valores). Nesse sentido, estes resultados da análise efetuada serão essenciais para fundamentar a construção dos objetivos estratégicos, sendo utilizado para além da identificação das deficiências organizacionais, tornando possível o impulsionar das mudanças necessárias.

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Como informado anteriormente, não houve a finalização do plano estratégico da Funasa. Assim, os projetos prioritários são definidos em consonância com os objetivos do Plano Plurianual

(2016-2019). Entretanto a Funasa não é responsável por objetivo no PPA, sendo que as realizações da Funasa contribuem para alcance dos objetivos de responsabilidade do Ministério da Saúde e do Ministério das Cidades.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações **NÃO SE APLICAM A ESTA UPC**.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como nos anos anteriores, o desempenho da Funasa foi afetado pelos fatores que repercutiram na política econômica do país e que culminaram nas limitações para movimentação e empenho dos recursos orçamentários. As cotas dos citados limites orçamentários foram disponibilizadas parceladamente pelo Ministério da Saúde (Órgão Setorial) à Funasa (Órgão Seccional), mensalmente, durante o exercício de 2016, obedecendo às limitações impostas pelos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira no âmbito da União.

O orçamento da Funasa, com exceção das despesas de caráter obrigatório (pagamento de Pessoal), autorizada no montante de R\$ 1,32 bilhão para 2016, foi contingenciado em R\$ 53,0 milhões. No entanto há que se ressaltar que até o final do mês de novembro de 2016, a Funasa havia recebido como limite autorizativo para empenho a quantia de R\$ 947,8 milhões. Ocorre que somente no mês de dezembro foram autorizados e disponibilizados R\$ 326 milhões, ou seja, o correspondente a 30% da dotação em apenas um mês, sendo que cerca de R\$ 200 milhões foram liberados nos últimos 3 dias do ano. É importante ainda mencionar que essa liberação de cota para utilização de limite orçamentário no mês de dezembro teve uma representação específica e inerente às emendas parlamentares da ordem de R\$ 125,0 milhões.

Diante do exposto e considerando as condições estabelecidas, é evidente que a Funasa teve dificuldades no planejamento e execução das suas Ações, haja vista as incertezas em relação à garantia dos Limites de Empenho que teria até o final do exercício. Tal situação também comprometeu os processos de seleção e aprovação de parte dos projetos, em tempo hábil, sobretudo aqueles que tiveram a sinalização de limites orçamentários disponíveis nos últimos dias do ano.

No âmbito desta Superintendência Estadual de Mato Grosso do Sul, com relação aos recursos orçamentários e financeiros seguimos as diretrizes estabelecidas pela Presidência da Funasa, a partir do valor liberado elaboramos nossos projetos de acordo com as prioridades, e assim atender a missão estabelecida para a Suest.MS.

Dos fatores intervenientes no desempenho orçamentário que não podemos deixar de mencionar é o fato da sede estar instalada em prédio alugado, situação esta que traz grande impacto orçamentário e onera as despesas de manutenção da unidade, caso possuíssemos instalação própria poderíamos ter melhor estrutura física para desempenho das atividades e redução de despesa com aluguel.

Quanto à área finalística, os fatores que interferiram no desempenho orçamentário da Suest-MS foram os relacionados às dificuldades das convenientes/compromitentes em regularizar suas pendências técnicas (reprogramações, licenças ambientais, comprovação de contrapartida etc) e comprovar o cumprimento dos requisitos da Portaria Funasa nº. 573, de 26 de julho de 2016, que dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde, visando a liberação do recurso e o prosseguimento da obra/ação.

Outro fator crucial é a insuficiência de recursos humanos, que a cada mês é reduzida devido, principalmente, pelas aposentadorias, tanto da área meio quanto da área fim, o que tem dificultado o desenvolvimento de nossas ações de forma satisfatória e dentro dos prazos, já que o quadro atual, com muita dificuldade, tenta suprir os passivos e dar seguimento na demanda corrente, o que dificulta realizar um trabalho de planejamento estratégico e de mitigação de riscos.

2.2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.2.3.1 Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos

A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos, etc, portanto este item **NÃO SE APLICA A ESTA UPC**

2.2.3.2 Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores

Quadro A.2.2.3.2 Prestação de contas sobre transferências concedidas.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Suest-MS)				
CNPJ: 26.989.350/0526-98		UG/GESTÃO: 255012/36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Termos de Compromisso	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	4	10
		Montante Repassado	1.138.436,91	3.770.944,34
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	1
		Montante Repassado		588.000,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado		

Fonte: SECOV/SUEST-MS

2.2.3.3 Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro A.2.2.3.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Suest-MS)				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Termos de Compromisso	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	12	10	
	Quantidade reprovada	2	2	
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	
	Montante repassado (R\$)	9.263.541,57	6.621.181,40	
Contas analisadas NÃO	Quantidade	3	8	
	Montante repassado (R\$)	733.035,62	3.296.254,48	
Fonte: SECOV/SUEST-MS				

Observação: Das contas analisadas no exercício de 2016, apenas 03 (três) delas foram recebidas no exercício de referência, as demais são as recebidas em exercícios anteriores.

2.2.3.4 Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores

Quadro A.2.2.3.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Suest-MS)					
UG/GESTÃO: 255012/36211					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	1				3
Termos de Compromissos	2				8

Observação: O quadro acima representa o perfil das contas comprovadas no exercício de 2016, não constando o passivo de exercícios anteriores.

Análise Crítica

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente

A SUEST-MS, por intermédio do Serviço de Convênios, notifica todos aqueles Convenientes que notadamente encontram-se em atraso e/ou com pendências, observados os normativos vigentes.

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios

Contingenciamento orçamentário, bem como dificuldades técnicas por parte do ente/entidade receptor dos valores que necessitam comprovar o estágio de execução física dos objetos, conforme o valor já recebido, bem como cumprir requisitos legais para liberação das parcelas subsequentes.

Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios

Verificou-se que dos instrumentos cujo término do prazo para prestar contas ocorreu em 2016, somente um ente deixou de apresentar a documentação no prazo.

Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto

Conforme demonstrado no quadro *Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão*, das 26 análises realizadas em 2016, somente 03 foram de contas recebidas no exercício de referência, as demais compõem o passivo de análises de anos anteriores. Verifica-se, desta forma, que o saldo de contas recebidas e não analisadas em 2016 ficará para ser apreciado no exercício seguinte.

A principal dificuldade da SUEST-MS mantém-se nos últimos exercícios, qual seja a disponibilidade de pessoal. No tocante aos recursos materiais, em 2016, houve melhorias através da aquisição de móveis para estruturar adequadamente a unidade.

O Setor de Prestação de Contas da Suest-MS contou, no exercício de 2016, com 01 Analista Financeiro capacitado e permanente; 02 Analistas Aprendiz e 01 Analista Temporário (que permaneceu a maior parte do exercício a serviço da Presidência da Funasa).

Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

A estrutura principal de controle é realizada por meio de Sistemas de Gestão e Acompanhamento, implementados pela Presidência da FUNASA, além de controles gerenciais realizados em cada setor da Superintendência, conforme sua necessidade.

As fiscalizações "*in loco*" foram realizadas de acordo com o orçamento disponibilizado para esta ação, priorizando aquelas avenças com pendências a serem sanadas, como medida administrativa resolutiva. Além da questão orçamentária, novamente o quadro reduzido de servidores influenciou a realização desta tarefa.

2.2.4 Informações sobre a Execução das Despesas

2.2.4.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro A.2.2.4.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.917.045,72	62,1	1.856.915,33	63,3	1.917.045,72	62,1	1.856.915,33	63,3
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	1.917.045,72	62,1	1.856.915,33	63,3	1.917.045,72	62,1	1.856.915,33	63,3
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	896.914,07	29	778.930,77	26,5	896.914,07	29	778.930,77	26,5
h) Dispensa	745.170,35	24	698.611,38	23,8	745.170,35	24	698.611,38	23,8
i) Inexigibilidade	151.743,72	5	80.319,39	2,7	151.743,72	5	80.319,39	2,7
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	196.811,62	6,4	189.981,34	6,8	196.811,62	6,4	189.981,34	6,8
k) Pagamento em Folha								
l) Diárias	196.811,62	6,4	189.981,34	6,8	196.811,62	6,4	189.981,34	6,8
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	3.010.771,41	97,5	2.825.827,44	96,6	3.010.771,41	97,5	2.825.827,44	96,6
6. Total das Despesas da UPC	3.085.731,39	100	2.934.219,79	100	3.085.731,39	100	2.934.219,79	100

2.2.4.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro A.2.2.4.2 Despesas por grupo de elemento de despesa

Unidade Orçamentária	Fundação Nacional de Saúde/SUEST-MS		Código UO		36211		UGO		255012	
DESPESAS CORRENTES										
Grupo de Despesa	Elemento de Despesa		Empenhadas		Liquidadas		RP não processado		Valores Pagos	
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	26.795,95	36.082,35	26.795,95	36.082,35	0,00	0,00	26.795,95	36.082,35
	14	DIÁRIAS - CIVIL	196.811,62	189.981,34	196.811,62	189.981,34	0,00	0,00	196.811,62	189.981,34
	30	MATERIAL DE CONSUMO	205.220,74	488.324,50	127.048,85	113.992,41	78.171,89	374.332,09	127.048,85	113.992,41
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	51.499,23	0,00	51.499,23	0,00	0,00	0,00	51.499,23	0,00
	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.759.474,04	1.603.134,05	1.603.484,46	1.469.535,75	155.989,58	133.598,30	1.603.484,46	1.469.535,75
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.097.052,31	1.027.608,78	994.859,75	926.802,80	102.192,56	100.805,98	994.859,75	926.802,80
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	19.444,08	27.826,07	16.461,26	24.398,83	2.982,82	3.427,24	16.461,26	24.398,83
	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	393,71	16.975,50	393,71	16.975,50	0,00	0,00	393,71	16.975,50
DESPESAS DE CAPITAL										
4 - INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	2.887.097,21	226.017,76	68.376,56	138.990,00	2.818.720,65	87.027,76	68.376,56	138.990,00

Análise Crítica

A Suest-MS vem mantendo um orçamento equilibrado e constante nos últimos exercícios, ocorrendo pequena variação de 2015 para 2016 correspondente a inflação do período, conforme se observa nos quadros comparativos acima, no tocante as despesas correntes para manutenção da unidade.

Verifica-se quanto aos investimentos, que houve o empenho de um valor significativo, sendo R\$ 2.887.097,21, mas liquidado e pago somente R\$ 68.376,56, ficando o valor R\$ 2.818.720,65 inscritos em RPNP. Tal situação é decorrente do Pregão Eletrônico nº. 15/2016, cujo objeto é a aquisição de material permanente (01 Compressor de Ar de alta pressão, 950 a 1000 CFM, 365 PSI, portátil, de parafusos, dois estágios, versão silenciada; 01 sonda rotativa pneumática perfuratriz), incluindo garantia e assistência técnica, 01 Guindaste sobre chassi, Munk, 01 Tanque pipa capacidade de 12.000 litros, 01 guincho hidráulico 02 Moto-bomba diesel, 04 caminhões 6 x 4 23.000 Kg PBT, para acoplamento e transportes dos equipamentos citados, com todos os acessórios para atender demanda da FUNASA/SUEST/MS, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, para atender as necessidades da equipe de hidrogeologia da DIESP/SUEST-MS, no desenvolvimento das ações de perfuração e construção de poços nos municípios com até 50 mil habitantes no estado de Mato Grosso do Sul, o qual foi homologado em 28/12/2016. Dessa forma, os materiais serão recebidos em 2017 e conseqüentemente liquidados e pagos no referido exercício.

As contratações diretas, por meio de dispensa e inexigibilidade, somaram 29% do total das despesas do exercício, e serviram tão somente para suprir as necessidades da unidade, tais como concessionárias públicas (serviços de água e esgoto, energia elétrica e correios), locação do imóvel sede, bem como para passagens e cursos de capacitação para servidores.

Apesar de o orçamento ser limitado a Suest-MS conseguiu cumprir sua meta atendendo a população naquilo que lhe compete, ou seja, promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

2.3 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro A.2.3 Percentual de obras concluídas

Ação	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual
Água	97	120	81%
Catadores	0	2	0%
Esgoto	72	118	61%
MSD	53	64	83%
PMSB	1	12	8%
Resíduos	30	44	68%
Acumulado	253	360	70%

Fonte: Oracle Business Intelligence – BI-Funasa

- Ano de celebração de 2002 até 2016;
- Ano de conclusão da Obra igual a 31.12.2016;
- OBS: Excluídos os Status de obra "Cancelados" e "Em Cancelamento."

Os indicadores, referentes ao exercício de 2016, das ações de saneamento básico executadas pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP da Suest-MS demonstram que pouco se evoluiu no tocante a conclusão de obras em andamento, comparando-se com o ano anterior.

O baixo desempenho remete às dificuldades como a carência e/ou insuficiência dos projetos técnicos de engenharia apresentados pelos convenentes/compromitentes, os quais invariavelmente resultam em reprogramações e revisões de projetos, ocasionando atrasos consideráveis nos cronogramas de execução e de desembolso, já que a liberação de recursos por parte da Funasa depende da comprovação do cumprimento dos requisitos técnicos e legais necessários. Os municípios sul-mato-grossenses, de um modo geral, possuem grande carência técnica na área, principalmente quanto à gestão dos convênios (operacionalização de sistemas, acompanhamento de prazos, obtenção de licenças etc).

Outro fator preponderante remete ao reduzido quadro técnico funcional da FUNASA/DIESP/SUEST-MS, que em 2016 ficou mais comprometido com a saída efetiva de 01 engenheiro temporário e a expectativa de saída de outros.

Quadro B.2.3 - Indicador de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	$\frac{36}{56} \times 100$	Sigob e Siconv	Anual	100%	81%	37,5%	38,13%	110%	64,23

Fonte: Desam

¹ **Índice de previsto** – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² **Índice de referência** – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios (36) apoiados tecnicamente pela Funasa no período, considerando o universo total de municípios programados (56) para o período, meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual, atingindo um índice de 64,23%

Este apoio técnico e financeiro caracterizou-se por um conjunto de estratégias adotadas pela Funasa que objetivou assessorar gestores e técnicos em todos os níveis do SUS para o desenvolvimento de ações permanentes de educação em saúde ambiental, visando à promoção e proteção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento básico e saúde ambiental; e na elaboração, implementação e avaliação de projetos.

O indicador retrata um conjunto de ações desenvolvidas pela Coesa, em estreita consonância com suas competências regimentais o que propiciou a oferta de fomento técnico e financeiro as ações de educação em saúde ambiental como mecanismo de fortalecimento das gestões municipais e subsequente empoderamento das populações atendidas no território segundo a lógica do SUS.

O apoio aos municípios permitirá a realização de conjunto de práticas pedagógicas e sociais para construção de valores, saberes, conhecimentos e práticas que fortaleçam as relações sustentáveis da sociedade humana interação saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Quadro C.2.3 – Indicador de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência ²				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{125}{125} \times 100$	Relatório consolidado da Coesa	Anual	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de comunidades especiais (125) atendidas com ações de educação em saúde ambiental no período, considerando o universo de comunidades especiais (125) programadas para o período. Busca também traduzir o esforço da Funasa em atender as ações demandadas pelas agendas técnicas e políticas de programas estratégicos do Governo Federal voltados para estas comunidades, cujas características antropológicas, modelo de organização social, tradição dos valores culturais e de participação, exigem uma atuação diferenciada das demais ações promovidas no campo da saúde ambiental e saneamento básico.

Com esta ação, a Funasa buscou desenvolver ações de Educação em Saúde Ambiental em comunidades especiais, rurais e em situações de vulnerabilidade visando à adoção de práticas participativas e sustentáveis de saúde ambiental voltadas para a inclusão, controle e participação social com ênfase na sustentabilidade sócio ambiental e sanitária da população em seu território; o incentivo à responsabilidade socioambiental das comunidades; o apoio a organização e capacitação da gestão local para implantação e implementação de ações, programas e projetos de educação em saúde ambiental; e desenvolvimento e aplicação de tecnologias, recursos didáticos e materiais pedagógicos apropriados para utilização no campo da saúde ambiental visando a promoção da saúde; apoio às iniciativas de mobilização comunitária visando a conservação e preservação do meio ambiente para promover o empoderamento das comunidades e promover a saúde. Dessa forma, vislumbramos o protagonismo dos sujeitos, e o caráter de assertividade que permeia as propostas geradas no âmbito da Coordenação de Educação em

Saúde (COESA), as articulações internas e externas que resultam numa proposta de ação capaz de ofertar as comunidades tradicionais o alcance a tecnologias sociais inovadoras e promotoras de Saúde.

Quadro D.2.3 – Indicador de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{234}{307} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Anual	100%	100%	100%	100%	100%	76%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados no controle da qualidade da água considerando o previstos para o período. Observa-se que o número de municípios atendidos é determinado pela demanda do município e da capacidade instalada da Funasa.

Este indicador mede a abrangência da atuação da Funasa na qualificação dos técnicos dos municípios para o exercício das atividades derivadas da função que exercem, provendo-os de conhecimentos necessários à manutenção, operação e controle da qualidade dos sistemas ou das soluções alternativas de abastecimento de água para o consumo humano.

A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do exercício de 2016, tendo sido alcançado um total de 234 municípios com técnicos capacitados, representado 76% em relação ao número de municípios previstos. Observa-se que o alcance da meta foi prejudicado pela não realização do “II Seminário de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano”, que seria realizado em Foz do Iguaçu/PR (25% da meta traçada) como uma programação diferenciada para atender 19% dos municípios do estado e que foi transferida para 2017.

Quadro E.2.3 - Indicador de municípios com amostras de água analisadas

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com amostras de água analisadas	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{529}{501} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Anual	100%	85%	102%	103%	100%	106%

Fonte: Desam

¹ **Índice de previsto** – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² **Índice de referência** – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador busca aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas considerando o número de municípios previstos no período. Nas amostras de água para consumo humano são analisados os parâmetros de acordo com a capacidade laboratorial de cada Superintendência. As análises realizadas a princípio são as sentinelas, aumentando o rol conforme a necessidade detectada.

Este indicador fornece informações acerca da demanda de apoio ao prestador de serviço, atividades em casos de desastres, atendimento a demandas do Ministério Público, e o controle da qualidade da água em comunidades atendidas diretamente pela Funasa. A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do exercício de 2016, tendo sido alcançado um total de 529 municípios com análises realizadas, representado 106% em relação ao número de municípios previstos.

Quadro F.2.3 - Indicador de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	$\frac{25.005}{20.303} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Anual	100%	100%	110%	146%	160%	123%

Fonte: Desam

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador permite medir o alcance das ações da Funasa no apoio a comunidades rurais e especiais, realizando exames de qualidade da água e permitindo que essas informações subsidiem a tomada de decisão dos gestores, com vista a minimizar os riscos à população e elaborar políticas públicas na melhoria da qualidade da água a ser consumida por estas comunidades. A meta do indicador foi pactuada com as Superintendências Estaduais no início do ano de 2016.

Diversas situações expõem o usuário à água com qualidade imprópria, como ausência de sistema público de distribuição na zona rural. Evidencia-se que muitos fatores influenciam na ausência de água tratada em comunidades, tais como: inexistência ou precariedade do sistema de água, desconhecimento das tecnologias existentes, deficiência ou falta de pessoal qualificado, alocação de recursos para aquisição de materiais e insumos, entre outros aspectos. Assim, as atividades desenvolvidas pela Funasa nessas comunidades remetem à promoção, produção, proteção, conservação, recuperação da saúde e monitoramento das ações para que a sustentabilidade seja possível no processo de inclusão que se estabelece na comunidade para acesso à água potável.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estrutura de Governança

A Funasa não dispõe de sistema estruturado de governança que compreenda instâncias externas de apoio à governança, dispondo apenas de instâncias internas de governança como a alta direção e de apoio à governança, como auditoria interna, sob responsabilidade da Presidência da Funasa.

A alta direção conta ainda com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) no âmbito da FUNASA, criado pela Portaria nº 94, de 09 de fevereiro de 2012, composto, em sua instância deliberativa, pelos seguintes membros titulares:

- Diretor Executivo;
- Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
- Diretor do Departamento de Administração; e
- Diretor do Departamento de Saúde Ambiental.

À luz do disposto acima, as competências do CGTI são: estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologia convergentes às orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP, promovendo a sua implementação e zelando pelo seu cumprimento, o alinhar as ações de tecnologia da informação às estratégias globais da Funasa, homologar as políticas e diretrizes para aquisição, desenvolvimento e gestão dos recursos de tecnologia da informação, definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e definir e priorizar os projetos de desenvolvimento de sistemas de informação.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

NÃO SE APLICA A ESTA UPC

3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

NÃO SE APLICA A ESTA UPC

3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Fundação Nacional de Saúde está exposta a uma ampla gama de riscos que podem afetar suas operações, o alcance de seus objetivos e metas, pois esta instituição não dispõe ainda de um processo de controle de gerenciamento de riscos. Porém no decorrer dos anos, ela vem envidando esforços para investir nesta área de modo à minimizar os riscos advindos das atividades por ela executadas.

Muito embora, pode-se admitir que estas práticas de minimizar os riscos não estão estruturadas, de forma integrada e sistematizada como controle formalmente estabelecido em normativa própria que abranja tanto o nível estratégico quanto o operacional dessa instituição.

Dentro dessa proposta podemos evidenciar alguns instrumentos que são utilizados para minimizar os riscos que esta instituição decorre pela execução de suas ações estabelecidas, são elas: leis, medidas provisórias, editais, instruções normativas, decretos, portarias, editais, manuais técnicos e sistemas de informação. Todos estes instrumentos relacionados são procedimentos para o controle interno que permitem o acompanhamento e a avaliação das atividades inerentes à esta instituição, evitando minimamente as improbidades previstas nos processos admitidos. Vale ressaltar que enquanto esta Funasa não investir no aprimoramento da gestão de riscos, ela estará sujeita a aceitar incorrer riscos em sua administração e direção.

Para que isso não ocorra mais de forma corriqueira, esta instituição precisará estruturar, sistematizar e implementar processo de gestão de riscos por meio da utilização de métodos, técnicas e ferramentas de apoio para identificação, avaliação e implementação de respostas a riscos.

4 ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Composição da Força de Trabalho

Quadro A.4.1.1.1 Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	99	99	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	99	99	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	72	72	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	27	27	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	4	3	0	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	1	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	105	103	1	2

Fonte: SAGEP/SUEST-MS

4.1.1.2 Distribuição da Força de Trabalho

Quadro A.4.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	65	35
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	65	35
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	39	33
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	26	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	3
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	66	38

Fonte: SAGEP/SUEST-MS

4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro A.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	5	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	1	1	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	8	6	0	0
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	6	0	0
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	14	11	2	2

Fonte: SAGEP/SUEST-MS

Análise crítica

- 1) A Superintendência Estadual em Mato Grosso do Sul conta com 01 (um) cargo do grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, e 04 (quatro) Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE, criadas conforme art. 2º da MPv n.º 731, de 10.6.2016. Além disso, existem 8 (oito) Funções Gratificadas - FGR. Os cargos e funções estão distribuídos da seguinte maneira:

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - BOLETIM DE SERVIÇO – Continuação

Presidência/Brasília: 01/11/2016

BS Nº 044-A

Pág. 19

Responsável: Fernando

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

500363	SUPERINTENDENTE ESTADUAL	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL	DAS 101.4	500303	SUPERINTENDENTE ESTADUAL	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL	DAS 101.4
500364	ASSISTENTE TÉCNICO	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL	DAS 102.1			EXTINTO	
-	-	-	-	500304	CHEFE	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO	FG-1
-	-	-	-	500305	CHEFE	SETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FG-2
-	-	-	-	500306	CHEFE	SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO	FG-2
500365	CHEFE	DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA	DAS 101.2	500307	CHEFE	DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA	FCPE 101.2
500368	CHEFE	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	DAS 101.2	500308	CHEFE	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	FCPE 101.2
500369	CHEFE	SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	FG-1	500309	CHEFE	SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	FG-1
-	-	-	-	500310	CHEFE	SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	FG-1
500378	CHEFE	SETOR DE CAPACITAÇÃO	FG-2	500311	CHEFE	SETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	FG-2
500377	CHEFE	SETOR DE CADASTRO E PAGAMENTO	FG-2	500312	CHEFE	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	FG-2
500371	CHEFE	SEÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS	FG-1	500313	CHEFE	SEÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS	FG-1
-	-	-	-	500314	CHEFE	SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS	FG-2
-	-	-	-	500315	CHEFE	SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL	FG-2
500374	CHEFE	SETOR DE TRANSPORTE	FG-2	500316	CHEFE	SETOR DE TRANSPORTE	FG-2
500382	CHEFE	SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL	DAS 101.1	500317	CHEFE	SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL	FCPE 101.1
500383	CHEFE	SEÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE	FG-1	500318	CHEFE	SEÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL	FG-1
-	-	-	-	500319	CHEFE	SEÇÃO DE CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA	FG-1
500379	CHEFE	SERVIÇO DE CONVÊNIOS	DAS 101.1	500320	CHEFE	SERVIÇO DE CONVÊNIOS	FCPE 101.1
500380	CHEFE	SETOR DE HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO	FG-2	500321	CHEFE	SETOR DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS	FG-2
500381	CHEFE	SETOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	FG-2	500322	CHEFE	SETOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	FG-2
500366	CHEFE	SEÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS	FG-1			EXTINTO	
500367	CHEFE	SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	FG-1			EXTINTO	
500370	CHEFE	SETOR ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	FG-2			EXTINTO	
500372	CHEFE	SETOR DE COMUNICAÇÃO	FG-2			EXTINTO	
500373	CHEFE	SETOR DE MATERIAL	FG-2			EXTINTO	
500375	CHEFE	SETOR DE PATRIMÔNIO	FG-2			EXTINTO	
500376	CHEFE	SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS	DAS 101.1			EXTINTO	

- 2) O DAS está alocado no Gabinete da Superintendência. Trata-se do DAS 101.4 ocupado pelo Superintendente Estadual. Os demais cargos FCPE estão distribuídos entre áreas meio e fim na seguinte proporção:
- Área Meio: 01 (um) FCPE 101.2, alocado na Divisão de Administração.
 - Área Fim: 03 (três) FCPE's alocados na Divisão de Engenharia e Saúde Pública (FCPE 101.2), no Serviço de Saúde Ambiental (FCPE 101.1), e no Serviço de Convênio (FCPE 101.1)
 - Cabe observar que o DAS 101.4 ocupado pelo Superintendente Estadual enquadra-se na Área Meio.
- 3) Entende-se que a distribuição de funções na Superintendência Estadual é suficiente para a atual missão da SUEST, exceto no que tange a área de Recursos Humanos, dado que foi extinto o cargo DAS 101.1 antes destinado a ser ocupado pelo chefe do Serviço de Recursos Humanos e que foi extinto na última reorganização estrutural da Entidade, destinando-se, atualmente ao chefe da Seção de Gestão de Pessoas 01 (uma) Função Gratificada 1, incompatível com as responsabilidades e atribuições do cargo.
- 4) Ainda, assim como na análise crítica do relatório anterior, há carência de servidores que ocupem cargos especializados, de nível superior, para o melhor atendimento às demandas, bem como à melhoria de suas qualidades. Os serviços de análise jurídica e confecção de pareceres são elaborados por servidores, em maioria, ocupantes de cargos de Agente Administrativo e assemelhados. Embora seus ocupantes tenham nível superior, entende-se que, além do fator quantitativo ser insuficiente, o fator salarial cria um hiato entre o nível de complexidade do trabalho executado e a retribuição financeira percebida pelo servidor.

4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

Quadro A.4.1.2 Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	9.958.612,44	478.356,45	428.943,88	859.456,56	497.569,54	944,23	0,00	35.063,36	85.624,08	12.344.570,54
	2015	7.952.152,05	375.286,90	427.414,45	833.763,34	457.026,50	911.927,92	0,00	5.293,27	36.776,76	10.999.641,19
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016										
	2015	0,00	32.081,04	2.673,42	891,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.645,60
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016										
	2015	0,00	14.257,83	1.425,78	0,00	610,36	0,00	0,00	0,00	0,00	16.293,97
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016										
	2015	1.116.027,61	2.894,84	176.848,28	123.110,76	130.463,68	109.930,63	0,00	0,00	19.005,72	1.678.281,52
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										
	2015	339.160,00	0,00	22.730,00	10.343,31	16.421,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.654,31

Fonte: DW SIAPE

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Ressalta-se que na atualidade cerca de 35% do quadro de servidores desta SUEST-MS encontra-se percebendo Abono de Permanência, percentual que deverá chegar a 50% dentro de 3 (três) anos e 8 (oito) meses. Embora em dezembro de 2016 a SUEST-MS contasse com 103 (cento e três) servidores no quadro (sendo 03(três) contratos temporários nos termos da Lei n.º 8.475/93), 27 (vinte e sete) encontravam-se cedidos ou requisitados a outros órgãos (07 (sete) ocupam o cargo de Médico e não têm mais função típica na atual missão institucional da Entidade), e dos 76 (setenta e seis) que restara efetivamente no quadro da SUEST-MS, 23 (vinte e três) ocupam cargos de Agente de Saúde Pública, Guardas de Endemia, e Motorista Oficial. Na maioria dos casos, estes servidores, por suas formações, não têm aptidão para colaborar em atividades em que haja absorção de conhecimento técnico-intelectual nas áreas do direito, tributação, contabilidade ou administração, de modo que restam 53 servidores entre áreas meio e fim para atender à SUEST-MS em trabalhos administrativos, técnicos ou especializados.

Portanto, se por um lado o quantitativo de cargos em comissão atende à estrutura da SUEST-MS – considerando a exceção apontada –, por outro lado há carência de servidores capacitados, fato este que tende a se agravar tendo em vista o já apontado índice de Abono de Permanência e prováveis aposentadorias geradas nos meses vindouros. Agrava tal situação o fato de outros servidores serem aprovados em outros certames públicos e deixarem a entidade.

Do ponto de vista da SUEST-MS, pouco se pode fazer para alterar esta situação. O que tem sido feito é informar a Presidência da Entidade da situação para que esta solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, autorização para realização de concursos públicos. Ou seja, em última análise, o MPOG é quem analise a situação da Entidade como um todo e decide acerca da autorização para realização de concurso público.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Não há terceirização na área fim das atividades da SUEST-MS. Há, na área fim, 03 (três) servidores em regime especial por contrato temporário regidos pela Lei 8.745/93, que não se enquadram na modalidade de contrato por terceirização.

Na área meio existe o apoio de empresa prestadora de serviço na modalidade de terceirização, sendo, ao todo, 33 (trinta e três) postos de trabalho de apoio administrativo distribuídos da seguinte maneira:

- Área Meio: 28 postos de trabalho alocados.
- Área Fim: 05 postos de trabalho alocados.

4.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro A.4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Nacional de Saúde (SUEST-MS)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Contratação de empresa para a prestação de serviços de vigilância armada.	Repressão Vigilância e Segurança Ltda/ CNPJ nº 04923655/0001-97	21/03/2013	21/03/2018	Ensino Fundamental	Ativo Prorrogado
2012	Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços Terceirizados, acessórios e complementares às atividades Administrativas, com vistas ao atendimento de suas necessidades no desempenho das atribuições da Superintendência/MS.	Clarear Prestadora de Serviços Ltda/ CNPJ nº 02818890/0001-79.	22/08/2012	22/08/2017	Ensino Fundamental/Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização.	PGA Serviços Terceirizados Ltda- EPP/CNPJ nº 14846479/0001-96	11/08/2014	11/08/2017	Ensino Fundamental	Ativo Prorrogado

Fonte: SUEST-MS/DIADM/SALOG

4.1.4.2 Contratação de Estagiários

O estágio na Fundação Nacional de Saúde contribui para a formação do estudante, treinando-o para a vida cotidiana e profissional que se dá no processo de aprendizagem social, cultural e técnica, adiantando, assim, seu envolvimento no mundo do trabalho, gradual e compatível com seu aprendizado curricular.

Além de colaborar com a formação do estagiário, é grande o acréscimo à força de trabalho da SUEST-MS, sobretudo por se tratar, também, de estagiários de nível superior nas áreas de Engenharia, Direito e Administração, colaborando para que a curva de conhecimento técnico da força de trabalho seja ascendente.

O programa de estágio obedece aos critérios fixados na Lei 11.788/2008 e Orientação Normativa 02/2016 – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Quantitativo: no ano de 2016, a SUEST-MS contou com 24 vagas de estágio, entre os níveis superior, médio e profissionalizante.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- Instrução normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 (dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências);
 - Instrução normativa nº 183, de 08 de setembro de 1986 (destinada a proporcionar os órgãos integrantes do sistema de serviços gerais - sig orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais).
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;
- 1 - A utilização da frota de veículos é imprescindível para atender às demandas de movimentações da Funasa, pelos motivos abaixo:
- A tramitação de documentos entre a Funasa e demais Órgãos, os quais exigem a entrega imediata ao destinatário;
 - Os deslocamentos da diretoria e demais funcionários da Funasa, principalmente entre Ministérios no Distrito Federal e demais órgãos governamentais.
- 2 - A movimentação de veículos na Funasa (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.), é monitorada com o auxílio do sistema de gerenciamento de controle de frotas, SICOTWEB.

2.1- A Funasa utiliza ainda o sistema de abastecimento por cartão com chip, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista (contrato nº 110/2012), firmando com a empresa Ticket Serviços Ltda.).

3- Destaca-se que a importância e o impacto da frota de veículos sobre a Unidade Jurisdicionada estão relacionados com o atendimento ágil e eficiente das demandas dos usuários da Funasa, bem como ao bom andamento das atividades administrativas.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

PLANILHA I

<u>Patrimônio Funasa</u>	<u>Placa</u>	<u>Marca</u>	<u>Chassi</u>	<u>Ano</u>	<u>Grupo</u>	<u>Local</u>	<u>Valor/ Mercado</u>
774891	AOZ - 1175	GM	8AGSA19908 R114055	2007	IV/F	MS	14.780,00
53774	BGY - 2252	Ford	9BFKT7236 MDB58687	1991	IV/B2	MS	33.983,00
277997	HLR - 7913	Iveco	93ZK42A01 C8433736	2011	IV/B2	MS	55.209,00
205054	HQH - 0302	Ford	9BFNXXLM 5JDB92768	1988	IV/B2	MS	28.281,00
224344	HQH - 0511	Engesa	9BB012421 JJ002159	1988	IV/G	MS	25,280,00
95105	HQH - 1462	Mercedes Benz	34403312 049650	1973	IV/B2	MS	30.832,00
277889	HQH - 4687	GM	8AG244NBSSA 106663	1995	IV/G	MS	38.051,00
53775	HQH - 7528	Toyota	9BRBJ0160Y 1021737	2000	IV/C2	MS	38.693,00
21002236	HQH - 7670	Fiat	9BD17302514 008002	2001	IV/F	MS	11.387,00
150559	HQH - 7724	Fiat	9BD178843Y 2261304	2000	IV/F	MS	9.926,00
150550	HQH - 7745	Chevrolet	9BG138BC01C 403766	2000	IV/G	MS	24.738,00
53771	HQH - 7911	Ford	8AFDR12DX1J 194196	2001	IV/F	MS	29.097,00
224761	HQH - 9550	Toyota	8AJ33LNL 549413633	2004	IV/G	MS	34,829,00
14476	HRU - 8467	Volkswagen	9BWX2VHP91R 103R50	2001	IV/B2	MS	54.558,00
14475	HRU - 8484	Volkswagen	9BWX2VHP11R 104085	2001	IV/B2	MS	54.558,00
151052	HSH - 0116	NISSAN	94DCMUD225J 625077	2005	IV/C2	MS	40.552,00

224757	HSH - 1829	Ford	8AFER13P58J 190239	2008	IV/C2	MS	37.479,00
291293	HSH - 2783	Mitsubishi	93XGNK7409C 955127	2009	IV/C2	MS	40.358,00
291294	HSH - 2784	Mitsubishi	93XGNK7409C 955081	2009	IV/C2	MS	40.358,00
291290	HSH - 2785	Mitsubishi	93XGNK7409C 955125	2009	IV/C2	MS	40.358,00
241255	HSH - 5292	MMC/L200	93XGNK740AC A66379	2010	IV/C2	MS	42.794,00
241256	HSH - 5293	MMC/L200	93XGNK740 ACA66555	2010	IV/C2	MS	42.794,00
277073	HTO - 1718	Ford	9BFVCE1NOBB B70668	2010	IV/B2	MS	74.927,00
277074	HTO - 1719	Ford	9BFVCE1NBBB 68526	2010	IV/B2	MS	74.927,00
177480	HTO - 1864	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78517	2011	IV/G	MS	47.291,00
277481	HTO - 1865	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78502	2011	IV/G	MS	47.291,00
277482	HTO - 1866	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78558	2011	IV/G	MS	47.291,00
277483	HTO - 1867	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78605	2011	IV/G	MS	47.291,00
1277484	HTO - 1868	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78784	2011	IV/G	MS	47.291,00
277485	HTO - 1869	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78635	2011	IV/G	MS	47.291,00
224030	HZQ - 8581	Toyota	9BRBJ0160Y 1021107	1999	IV/G	MS	38.693,00
150551	HRM- 8877	HONDA	*****	2002	****	MS	3.065,00
		Total					1.184.144,00

FONTE PESQUISA VALOR DE MERCADO <http://www.fipe.org.br>

VEÍCULOS NO PÁTIO PARA ALEINAÇÃO - 14	43,75 % FROTA
EM SERVIÇO ----- - 18 =	56,25 % FROTA
TOTAL FROTA----- - 32 =	100.00 % FROTA

Observação.: Os veículos no pátio serão alienados no exercício de 2017, considerando que 2016 foi ano eleitoras.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

<u>GRUPO IV/B2</u>								
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
53774	BGY2252	Ford	9BFKT7236MDB 58687	1991	IV/B2	MS	6	1024
205054	HQH0302	Ford	9BFNXXLM5JDB 92768	1988	IV/B2	MS	16	1191
95105	HQH1462	Mercedes	34403312049650	1973	IV/B2	MS	10	1395
14476	HRU8467	Volkswagen	9BWX2VHP91R 103R50	2001	IV/B2	MS	66	3587
NULL	HRU8484	Volkswagen	9BWX2VHP11R 104085	2001	IV/B2	MS	52	6107
277073	HTO1718	Ford	9BFVCE1NOBBB 70668	2010	IV/B2	MS	64	6796
277074	HTO1719	Ford	9BFVCE1NBBB 68526	2010	IV/B2	MS	99	9267
277997	HLR7913	Iveco	93ZK42A01C 8433736	2011	IV/B2	MS	23	2294
Total							336	31.661
GRUPO IV/B2 (08 KM RODADO VEÍCULOS ANO)							= 31.661 KM.	
MÉDIA RODADA POR VEÍCULO ANO							= 3.957	
08 VEÍCULOS = 4.1% DA FROTA EM USO DE 32 CARROS								

<u>GRUPO IV/C2</u>								
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
53775	HQH7528	Toyota	9BRBJ0160Y 1021737	2000	IV/C2	MS	0	0
150507	HQH7724	Fiat	9BD178843Y 2261304	2000	IV/C2	MS	0	0
151052	HSH0116	NISSAN	94DCMUD225J	2005	IV/C2	MS	0	0

			625077					
224757	HSH1829	Ford	8AFER13P58J 190239	2008	IV/C2	MS	0	0
291293	HSH2783	Mitsubishi	93XGNK7409C 955127	2009	IV/C2	MS	115	14395
291294	HSH2784	Mitsubishi	93XGNK7409C 955081	2009	IV/C2	MS	0	0
291290	HSH2785	Mitsubishi	93XGNK7409C 955125	2009	IV/C2	MS	0	0
241255	HSH5292	MMC/L200 4X4	93XGNK740ACA 66379	2010	IV/C2	MS	142	15067
241256	HSH5293	MMC/L200 4X4	93XGNK740ACA 66555	2010	IV/C2	MS	138	25982
							395	55.444
GRUPO <u>IV/C2</u> (09VEICULOS RODADO 55.444 KM. ANO								
MÉIA DE KM RODADO POR VEÍCULO 6.160 KM ANO								

GRUPO IV/F

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
21002236	HQH7670	Fiat	9BD17302514 008002	2001	IV/F	MS	45	3.099
53771	HQH7911	Ford	8AFDR12DX 1J194196	2001	IV/F	MS	0	0
TOTAL							45	3.099
GRUPO <u>IV/F</u> 02 VEÍCULOS RODADO 3.099 KM. ANO								
MÉIA DE KM RODADO POR VEÍCULO 1.549 KM ANO								

GRUPO IV/G

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
150550	HQH7745	Chevrolet	9BG138BC01C 403766	2000	IV/G	MS	0	0
277480	HTO1864	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78517	2011	IV/G	MS	36	5026

1277481	HTO1865	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78502	2011	IV/G	MS	56	5418
277482	HTO1866	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78558	2011	IV/G	MS	105	24755
277483	HTO1867	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78605	2011	IV/G	MS	83	15024
277484	HTO1868	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78784	2011	IV/G	MS	86	13235
1277485	HTO1869	Mitsubishi	93XPNK740CCB 78635	2011	IV/G	MS	28	9799
224030	HZQ8581	Toyota	9BRBJ0160Y 1021107	1999	IV/G	MS	0	0
TOTAL							394	73.257
GRUPO IV/G 8 VEÍCULOS RODADO 73.257 KM ANO								
MÉDIA DE KM RODADO POR VEÍCULO 9.157 KM ANO								

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

GRUPO IV/B2							
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
53774	BGY2252	Ford	9BFKT7236MDB 58687	1991	IV/B2	MS	25
95105	HQH1462	Mercedes Benz	34403312049650	1973	IV/B2	MS	43
205054	HQH0302	Ford	9BFNXXLM5JDB 92768	1988	IV/B2	MS	28
NULL	HRU8467	Volkswagen	9BWX2VHP91R 103R50	2001	IV/B2	MS	15
NULL	HRU8484	Volkswagen	9BWX2VHP11R 104085	2001	IV/B2	MS	15
277073	HTO1718	Ford	9BFVCE1NOBBB 70668	2010	IV/B2	MS	6
277074	HTO1719	Ford	9BFVCE1NBBB 68526	2010	IV/B2	MS	6
Total							138
Média							19 Anos

GRUPO IV/ C2							
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
53775	HQH7528	Toyota	9BRBJ0160Y 1021737	2000	IV/C2	MS	16
150507	HQH7724	Fiat	9BD178843Y 2261304	2000	IV/C2	MS	16
150559	HQH7725	Fiat	9BD178843Y 2261288	2000	IV/C2	MS	16
151052	HSH0116	NISSAN	94DCMUD225J 625077	2005	IV/C2	MS	11
224757	HSH1829	Ford	8AFER13P58J 190239	2008	IV/C2	MS	8
291293	HSH2783	Mitsubishi	93XGNK7409C 955127	2009	IV/C2	MS	7
291294	HSH2784	Mitsubishi	93XGNK7409C 955081	2009	IV/C2	MS	7
291290	HSH2785	Mitsubishi	93XGNK7409C 955125	2009	IV/C2	MS	7
241255	HSH5292	MMC/L20 0 4X4	93XGNK740AC A 66379	2010	IV/C2	MS	6
241256	HSH5293	MMC/L20 0 4X4	93XGNK740AC A 66555	2010	IV/C2	MS	6
Total							100
Média							10 Anos

GRUPO IV/ F							
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
21002236	HQH7670	Fiat	9BD17302514 008002	2001	IV/F	MS	15
53771	HQH7911	Ford	8AFDR12DX1J 194196	2001	IV/F	MS	15
Total							30

Média	15 Anos
-------	---------

GRUPO IV/ G							
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
224030	HZQ-8581	Toyota	9BRBJ0160Y10 21107	1999	IV/ G	MS	17
150550	HQH-7745	Chevrolet	9BG138BC01C 403766	2000	IV/ G	MS	16
277480	HTO-1864	Mitsubishi	93XPNK740CC B78517	2011	IV/ G	MS	5
277481	HTO-1865	Mitsubishi	93XPNK740CC B78502	2011	IV/ G	MS	5
277482	HTO-1866	Mitsubishi	93XPNK740CC B78558	2011	IV/ G	MS	5
277483	HTO-1867	Mitsubishi	93XPNK740CC B78605	2011	IV/ G	MS	5
1277484	HTO-1868	Mitsubishi	93XPNK740CC B78784	2011	IV/ G	MS	5
277485	HTO-1869	Mitsubishi	93XPNK740CC B78635	2011	IV/ G	MS	5
Total							63
Média							8 anos

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

a) GASTO COM OFICINA EM PEÇAS 2016

Nome Favorecido	Elemento	Valores	Processo
EKIPACAR ACESSÓRIO, PEÇAS E SERVIÇOS	33390.30	65.420,45	25185.000.773/2016-71
DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E PLACAR LTDA	33390.30	29.475,22	25185.000.773/2016-71
TOTAL	3390.30	94.895,67	

b) GASTO COM OFICINA EM SERVIÇOS 2016

Nome Favorecido	Elemento	Valores	Processo
EKIPACAR ACESSÓRIO, PEÇAS E	33390.39	14.579,71	25185.000.773/2016-71

SERVIÇOS			
DISTRIBUIDORA DE PEÇAS EPLACAR LTDA	33390.39	13.113,57	25185.000.773/2016-71
TOTAL	33390.39	27.693,28	

c) GASTO COM PNEUS EM 2016

Nome Favorecido	Elemento	Valores	Processo
OBS NÃO HOUVE PROCESSO DE COMPRA DE PNEUS EM 2016	*****	*****	*****

d) PLANILHA DE COMBUSTIVEL TICKET CAR 2016

MÊS	DIADM		DIESP		TOTAL GERAL	
	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR PAGO	QTD. LITRO
1	510,51	155,48	858,66	261,75	1.369,17	417,23
2	1.176,17	361,04	1.850,12	557,55	3.026,29	918,59
3	1.548,68	458,51	3.421,75	1.031,63	4.970,43	1.490,14
4	1.680,83	508,02	3.607,64	1.110,09	5.288,47	1.618,11
5	3.452,38	1.060,25	4.728,49	1.430,91	8.180,88	2.491,16
6	1.332,84	410,42	4.072,25	1.257,52	5.405,36	1.667,94
7	2.288,33	706,09	14.412,82	4.336,44	16.701,15	5.042,53
8	2.604,99	804,42	10.246,85	3.081,73	12.851,84	3.886,15
9	3.097,37	950,88	11.549,56	3.580,65	14.646,93	4.531,53
10	1.449,51	447,80	10.323,59	3.169,81	11.772,93	3.617,61
11	2.376,34	721,26	8.112,46	2490,76	10.488,8	3.212,02
12	2.162,97	656,36	4.846,06	1.470,55	7.009,03	2.126,91
Total	23.680,92	7.240,53	78.030,25	23.779,39	101.711,28	31.019,92

e) SEGUROS OBRIGATÓRIOS E REEMPLACAMENTO

Nome Favorecido	Elemento	Valores	Processo
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MS - DETRAN	33390.39	4.009,85	25185.000436/2016-84

- Quanto aos custos associados ao pessoal responsável pela administração da frota, no caso, servidor e empregado terceirizado não se faz esse acompanhamento.
- Quanto aos custos com os motoristas terceirizados, a FUNASA não mantém contrato deterceirização de motoristas.

g) Plano de substituição da frota;

ANEXO IV - PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PAAV						
Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008						
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	MINISTÉRIO / ÓRGÃO / ENTIDADE:					ANO DE VIGÊNCIA
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISG	MINISTERIO DA SAUDE FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE SUEST-MS.					<u>2016</u>
VEÍCULOS A ADQUIRIR			VEÍCULOS A SUBSTITUIR			
CARACTERÍSTICAS	GRUPO	QUANTIDADE	ESPÉCIE / MARCA / MODELO	PLACA	ANO	GRUPO
DENSP - Caminhão – MERCEDES BENZ, VW, SCANIA, VOLVO, IVECO, FORD ou SIMILAR, para fazer transporte de cargas tais como: Tubos; equipamentos de perfuração de poços profundos, etc. Sendo 02 de 12 Ton, 02 de 15 Ton equipados com Munk, sendo o Munk para 10 Ton, para transporte dos compressores. E 02 Ford F-4000 ou similar para transporte de água modelo Caminhão Pipa.	IV	6	FORD – F 4.000 FORD – F 11.000 MERCEDEZ BENZ – 11.113 VW – 11.130 VW – 11.130	HQH- 0302 HQH- 1462 HRU- 1463 HRU- 8484 HRU- 8467	1986 1988 1973 2001 2001	IVB2
(ADMINISTRAÇÃO) Automóveis Passeio GM-Corsa, FIAT Palio, RENAULT Logan ou SIMILAR 04 portas, para atendimento aos Serviços Administrativos	IV	4				
(DENSP)						

Camioneta PICK-UP MÉDIA CABINE DUPLA, GM S-10, MITSUBISHI L-200, TOYOTA Hilux, FORD Ranger, NISSAN Frontier ou SIMILAR 4X4, para transportar as equipes de engenheiros e técnicos que promovem o gerenciamento e acompanhamento das obras diretas e de convênios.	IV	10	FORD - RANGER	HQH-7911	IV-A
---	----	----	---------------	----------	------

- Quanto aos custos associados ao pessoal responsável pela administração da frota, no caso, servidor e empregado terceirizado não se faz esse acompanhamento.
- Quanto aos custos com os motoristas terceirizados, a FUNASA não mantém contrato de terceirização de motoristas.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

- As aquisições de veículos são centralizadas na Administração Central, e no exercício de 2016 a SUEST.MS não recebeu nenhuma viatura.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- A SUEST.MS utiliza o sistema SICOTWEB (da Funasa) para acompanhar os gastos com viaturas, utilização e necessidades.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

No exercício de 2016 não houve alienação devido ser considerado ano eleitoral, portanto,

NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE JURISDICIONADA

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

4.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC

A Estrutura de Controle e de gestão patrimonial dos bens imóveis tem como objetivo manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, contabilmente e elaborar inventário anual de bens móveis e imóveis da instituição. O setor de patrimônio mantém as informações dos imóveis em processos individualizados com todas as informações inerentes aos imóveis próprios e cedido pelo SPU.

4.2.3.2 Distribuição Geográfica dos imóveis da União

Quadro A.4.2.3.2 Distribuição dos imóveis

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	AMAMBAI	01	01
	BELA VISTA	02	02
	CAMPO GRANDE	01	01
	CAARAPÓ	01	01
	CARACOL	02	02
	DOURADOS	01	01
	GUIA LOPES DA LAGUNA	01	01
	JARDIM	02	02
	MIRANDA	01	01
	PARANAÍBA	02	02
	PORTO MURTINHO	02	02
	TACURU	01	01
	TRÊS LAGOAS	01	01
Subtotal Brasil		18	18
EXTERIOR	Não se aplica a esta UJ	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		18	18

4.2.3.3 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Quadro A.4.2.3.3 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto móvel Funcional

RIP	Regi-me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
9011.00040.500-5	4	3	238.346,18	21/10/2015	493.000,00	0,00	0,00

9055.00017.500-1	4	5	443.600,00	30/11/2016	478.000,00	0,00	0,00
9073.00152.500-4	4	3	990.598,85	09/05/2011	1.620.000,00	0,00	0,00
9041.00035.500-0	5	3	311.608,54	09/10/2015	929.000,00	0,00	0,00
9041.00037.500-0	5	3	46.823,10	30/11/2016	140.000,00	0,00	0,00
9081.00014.500-4	5	3	90.170,49	30/11/2016	141.000,00	0,00	0,00
9099.00018.500-9	5	3	721.328,15	09/10/2015	685.000,00	0,00	0,00
9111.00022.500-3	4	3	455.324,06	30/11/2016	361.000,00	0,00	0,00
9125.00030.500-7	5	3	49.421,77	09/10/2015	201.000,00	0,00	0,00
9125.00032.500-8	23	3	13.363,20	02/09/2015	104.000,00	0,00	0,00
9137.00141.500-4	5	5	84.318,78	09/10/2015	211.000,00	0,00	0,00
9815.00012.500-6	4	5	531.890,00	09/10/2015	321.000,00	0,00	0,00
9099.00022.500-0	5	3	68.145,28	30/11/2016	172.000,00	0,00	0,00
9053.00012.500-8	5	3	70.603,99	15/04/2011	70.030,24	0,00	0,00
9053.00010.500-7	5	4	109.507,14	15/04/2011	109.507,14	0,00	0,00
9137.00151.500-9	5	4	193.999,54	30/11/2016	402.000,00	0,00	0,00
9165.00125.500-2	5	3	716.662,09	09/10/2015	1.000.000,00	0,00	0,00
9051.00279.500-4	3	3	1.740.130,46	30/04/2015	1.468.186,78	0,00	0,00
Total						0,00	-
Fonte: SPIUnet							

4.2.3.4 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

A Funasa Suest/MS (sede da Suest/MS) utiliza atualmente 02 imóveis: 01 imóvel locado sito à Rua Jornalista Belizário de Lima registrado no Spiunet, RIP 905101036500-5, e 01 imóvel cedido pela União situado na Avenida Américo Marques, nº 45 – Vila Sobrinho RIP 9051.00279.500-4.

06 Imóveis estão cedidos para o Município utilizados para o funcionamento da Vigilância Sanitária e Núcleo Municipal de Controle de Vetores.

02 Imóveis cedidos para Secretaria Estadual de Saúde para o funcionamento da Coordenação Estadual de Vetores.

05 Imóveis estão cedidos para a Secretaria Especial de Saúde Indígena – DSEI sendo para o funcionamento de 01 CASAI, 03 Polos de Saúde Indígena e 01 Setor de Transportes e Almoarifado.

4.2.3.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Não houve realização de serviços de manutenção predial de médio ou grande porte, a manutenção de pequeno porte, como substituição de lâmpadas, luminárias, divisórias, infraestrutura para funcionamento são feitas por terceirizados. Portanto,

NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE JURISDICIONADA

4.2.3.6 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Quando observado possível risco à gestão do patrimônio da Funasa/Suest-MS, a unidade por meio do setor competente faz encaminhamento de Ofício ao cessionário notificando sobre irregularidade encontrada no imóvel, solicitando o cumprimento da cláusula da Cessão de Uso no tocante a manutenção preventiva e corretiva dos imóveis.

Aguardando treinamento para o uso do Sistema de Controle dos Imóveis da Funasa.

4.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Quadro A.4.2.4 Imóveis cedidos

RELAÇÃO DE IMÓVEIS			
IMÓVEIS PRÓPRIO UTILIZADOS PELO DISTRITO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA-DSEI - SESAI			
ITEM	LOCALIDADE	PROCESSO	UTILIZAÇÃO
1	AMAMBAI-SPIU-9011.00039.500-0	25185.001.794/2002-17	SANEAMENTO-CESSÃO DE USO
2	CAARAPÓ-SPIU-9055.00016.500-6	25185.000.890/2009-14	POLO INDÍGENA-CESSÃO DE USO
3	DOURADOS (CASAI)9073.00151.500-9	25185.005.087/2006-15	CASA DE SAÚDE INDÍGENA-CESSÃO DE USO
4	MIRANDA-SPIU-9111.00021.500-8	25185.000.441/1999-52	POLO INDÍGENA-CESSÃO DE USO
5	TACURU-SPIU-9815.00011.500-0	25185.000.887/2009-92	FUNASA-POLO INDÍGENA- Cessão de Uso
IMÓVEIS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA FUNASA			
2	SOTRA	SPU- CESSÃO DE USO	Galpão/Almoxarifado/Depósito/Laboratório UMCQA
IMÓVEIS PRÓPRIO - CESSÃO PARA ESTADO E MUNICÍPIO			
1	CARACOL (2) (*)	25185.005482/2006-06	Cessão de Uso nº 006/2010 - DOU DE 20/12/2010- Nº151 - MUNICÍPIO
2	BELA VISTA (2)-SPIU 9041.00034.500-4	25185.05481/2006-53-SPIU 9041.00036.500-5	Cessão de Uso nº 002/2010 - DOU DE 15.06.2010- Nº134 - MUNICÍPIO
3	GUIA LOPES DA LAGUNA-SPIU-9081.00013.500-9	25185.000.701/1997-18	Cessão de Uso nº 004/2010 - DOU DE 19/11/2010- Nº134-MUNICÍPIO
4	JARDIM-SPIU-9099.00021.500-5	25185.006.006/2006-02	Cessão de Uso nº 003/2010- DOU DE 19/11/2010- Nº134
5	PARANAÍBA-SPIU-9125.00029-500-1	25185.000.529/1999-11	Cessão de Uso nº 001/2010- DOU DE 13/12/2010- Nº145-MUNICÍPIO
6	TRÊS LAGOAS (*)	25185.001.048/1996-14	Cessão de Uso nº 007/2010 - DOU DE 16/12/2010- Nº 240 - ESTADO - SECRETARIA DE SAÚDE
7	JARDIM-SPIU 9099.00017.500-3	25185.001.702/1996-27	Cessão de Uso nº 005/2010 - DOU DE 14/09/2010- Nº 176
8	PORTO MURTINHO-SPIU-9137.00140-500-9	25185.007.301/2006-78	Cessão de Uso nº 001/2008 - DOU DE 05.03.2008- Nº 44-MUNICÍPIO
9	PORTO MURTINHO (*)	25185.005.021/2006-25	Cessão de Uso nº 008/2010 - DOU DE 20/12/2010- Nº151 - MUNICÍPIO

* Em regularização.

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Esta unidade possui um imóvel que é utilizado como Sede da Funasa/ Suest.MS alugado da Armato Empreendimentos Ltda - CNPJ 05.196.273/0001-77, cujo o valor mensal é de R\$ 46.690,31 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa reais e trinta e um centavos), com uma área de terreno de 675 m², área construída de 3.462,45 m², área ocupada pelas Unidades de 2.376, 54m², e área comum de 1.085,91 m² (auditório, refeitório com área de convivência, sala de vídeo conferência, laboratório de informática, salas para arquivo provisório e garagem).

As despesas com manutenções necessárias à conservação do imóvel locado, a fim de mantê-lo em boas condições de higiene e limpeza, bem como conservar as instalações hidráulicas e elétricas, pinturas, vidraças, telhados e demais acessórios, para restituí-lo nas mesmas condições de conservação que recebemos, ficam a cargo da locatária (SUEST-MS), conforme cláusula quinta do contrato n° 07/2013. As demais manutenções ficam a cargo da locadora.

O ideal seria que a Suest.MS tivesse sua sede própria, mas devido a indisponibilidade da União torna-se necessária a locação deste imóvel.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre a Gestão de Tecnologia de Informação (TI), portanto, considerar neste item o termo:

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Em relação à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio <http://www.funasa.gov.br> informações referentes às ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Além do site oficial, a Funasa possui como difusoras de notícias e informações da instituição, as mídias sociais alimentadas pela Coordenação de Comunicação Social, tais como: facebook, instagram, twitter e youtube.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - www.funasa.gov.br, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2016 o SIC-Funasa recebeu 270 (duzentos e setenta) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

5.2 Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

<http://www.funasa.gov.br/site/>
<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>
<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>
<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>
www.facebook.com/funasa.official
twitter.com/funasa
<https://www.youtube.com/user/Funasaoficial>
https://www.instagram.com/funasa_oficial/

5.3 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Funasa cumpre as medidas consignadas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 em relação ao ambiente de circulação às suas dependências e no seu entorno, na adequação de corrimão nas escadas, vagas para idosos e portadores de necessidades especiais, placas indicadoras de dependências e serviços, além da aplicação da norma da ABNT na aquisição de bens.

No que corresponde a adequação de rampas de acesso, a instituição está envidando esforços em atender as normas relativas à acessibilidade, considerando a configuração do prédio ocupado, não é permitido acesso direto na saída dos elevadores aos respectivos andares.

Em relação aos meios eletrônicos de comunicação, atualmente o site da Funasa possui, no menu superior, links para acesso ao contraste e para aumentar e diminuir fontes, a fim de que os usuários o utilizem com maior praticidade e facilidade, e que esteja de acordo com sua necessidade.

Porém, com a reestruturação prevista para 2017, o site apresentará navegadores, tocadores de mídias e ferramentas que devem possuir meios de comunicação com tecnologia criadas especialmente para pessoas com deficiência, permitindo o acesso com eficiência e eficácia.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta seção, foram inseridos aspectos relacionados ao desempenho financeiro da Funasa, às informações contábeis e à sistemática de apuração de custos.

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

6.1.1 Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Trata-se da aplicação dos critérios procedimentos de avaliação e de mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio e suas variações pertencente à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, conforme as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e 16.10.

Avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 154) define mensuração como o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das Demonstrações Contábeis devem ser reconhecidos e apresentados, objetivando selecionar bases de mensuração que reflitam de modo adequado condição real do patrimônio público sob controle da Entidade.

Segundo propugna a NBC T 16.10, a avaliação patrimonial consiste na atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Disponibilidades

Majoritariamente, os elementos classificados no Disponível são aqueles provenientes da descentralização de recursos financeiros pela Setorial Financeira do Órgão Superior a que estamos vinculados, na forma prevista no Decreto nº 93.872/86.

Os recursos financeiros oriundos da geração interna de receitas são reconhecidos pelos valores das entradas líquidas de caixa, em sua maioria, resultantes da alienação de bens móveis inservíveis ou em desuso, bem como das restituições/estornos de despesas realizadas e pagas em exercícios anteriores e/ou no vigente, se for o caso.

Após o reconhecimento inicial, não foram realizadas avaliações posteriores pela FUNASA, no período das demonstrações contábeis.

Créditos e Obrigações

Os direitos, títulos de crédito e obrigações assim como seus encargos e atualizações foram mensurados inicialmente pelo valor original e apropriados com observância dos princípios de contabilidade. Contudo, não foram realizadas atualizações posteriores, tampouco foi feito o levantamento dos riscos de recebimento de tais elementos.

Os direitos, títulos de crédito e obrigações prefixadas devem ser avaliadas a valor presente, os pós-fixados ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até da data das Demonstrações Contábeis.

Ressalte-se que devido a incongruências identificadas nas rotinas contábeis estabelecidas pelo Órgão Central de Contabilidade, há uma superavaliação do Ativo Circulante, relacionada aos Crédito a Receber apurados em processos administrativos e de tomadas de contas especiais, resultantes de transferências de recursos financeiros mediante convênio ou instrumento congêneres; ou de outras origens.

Por ocasião do repasse dos recursos às entidades convenientes, são reconhecidos como ativos os "Adiantamentos de Transferências Voluntárias". Em caso de não apresentação/aprovação da prestação de contas, tais valores deveriam ser baixados quando da apuração do dano e respectiva implicação do responsável pela gestão dos recursos disponibilizados. Fato este que enseja o reconhecimento de novo ativo a título de "Créditos a Receber Por Danos ao Patrimônio". Tratar-se, portanto, de fatos permutativos e o reconhecimento destes deve ser em contrapartida à baixa daqueles.

Estoques

Os estoques foram reconhecidos com base no custo total de aquisição (custo histórico), cujo consumo é reconhecido no resultado do período, conforme o princípio da competência. Os bens de almoxarifado devem ser mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

Não foram realizadas avaliações posteriores segundo o valor realizável líquido para os itens que eventualmente sofreram perda de valor de realização no curso normal das atividades, tampouco, quanto a prováveis perdas de estoques, caso existam bens danificados.

Imobilizado

Bens Móveis

Os ativos imobilizados foram reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos adicionais para colocá-los em condição de uso.

Em 19 de setembro de 2016, data definida para a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, com a realização da reavaliação dos bens móveis da Instituição, mediante a contratação de serviço especializado.

O método utilizado nesse trabalho é o Comparativo Direto de Mercado, em que se apura o valor alcançado pelo bem avaliado a valor de mercado, com base no custo de reposição.

O valor de mercado consiste no valor estimado de um bem, sem considerar os custos adicionais relativos ao comprador, aplicáveis aos valores finais da compra e venda, tais como

impostos, taxas, comissões, etc. A comparação é feita em ambiente de mercado ativo ou semi-ativo, de forma a possibilitar a comparação direta ou ter suporte de mercado para tal assertiva.

Nesse contexto, os bens foram valorados, com base no princípio da substituição ou equivalência, mediante cotação de preços para cada item ou grupo de itens específico, após as devidas inspeções.

As condições físicas de cada bem foram inspecionadas in loco, individualmente, e registradas suas características físicas e operacionais, aspectos relevantes à formação do valor e considerados todos os elementos necessários à sua operação, verificando-se os seguintes itens:

- a) Existência física do bem patrimonial, dentro da descrição e características técnicas especificadas;
- b) Estado de conservação/condições de manutenção; e
- c) Condições operacionais.

Devido à reavaliação, os ativos foram reduzidos ao valor líquido contábil (valor bruto deduzida a depreciação acumulada). Posteriormente, o valor resultante da mensuração fora comparado ao valor líquido apurado, e majorado ou reduzido até se chegar ao novo valor bruto dos ativos.

Os ajustes positivos e negativos resultantes da reavaliação foram reconhecidos na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido, não impactando o exercício vigente à época, por serem atribuíveis a exercícios anteriores, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 161).

Depreciação de Bens Móveis

A depreciação consiste no decréscimo patrimonial de bens tangíveis em função do desgaste pelo uso, pela ação da natureza ou pela obsolescência tecnológica. O cálculo do encargo da depreciação leva em consideração os fatores: custo total do ativo, período de vida útil econômica, valor depreciável e valor residual.

A vida útil total dos bens reavaliados, período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo, foi estimada em função de fatores técnicos, físicos, econômicos e de obsolescência, conforme indicado nas seguintes publicações:

Tabela IV da "vida útil para cálculo de depreciação técnica e obsolescência", publicada no livro Engenharia de Avaliações da Editora Pini. Essa tabela fora extraída do livro Perry Chemical Handbook, 3ª Edição, página 1822.

Tabela V "classificação genérica dos bens e depreciação (vida útil), publicada no livro Engenharia de Avaliações, que foi obtida a partir do livro Assent Guideline Classes, and Periods, Assent Depreciation Range - T.I.R., página 1088.

Tabela de vida útil de máquinas e equipamentos apresentada pelo Engenheiro Vitor Carlos Fillinger no IX Congresso Panamericano de Avaliações realizado em São Paulo, em agosto 1979.

A vida útil remanescente dos itens avaliados, ou seja, os anos dos quais se espera geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade, foi obtida subtraindo-se o total de anos de vida útil pelos anos de uso de cada item, considerando as suas condições físicas, técnicas e operacionais, de forma a assegurar que apresentam boas condições de manutenção, estado operacional e de conservação.

O valor residual dos bens reavaliados, montante líquido da alienação que a entidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, permaneceu inalterado e segue as orientações técnicas emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União, estabelecidas no Manual SIAFI.

Os bens que, considerando a sua data de aquisição e suas condições, prescindiram de mensuração, tiveram suas vidas úteis e seus valores residuais definidos com base no que predispõe a Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão (Pág. 7-15), do Manual SIAFI.

Observando a uniformidade de procedimentos, utilizou-se o método das quotas constantes para cálculo dos encargos de depreciação, de forma a propiciar consistência e comparabilidade à informação contábil (vide Macrofunção 020330, pág. 16).

O consumo dos ativos imobilizados é reconhecido em conta redutora do Ativo Imobilizado com contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (rédito), observando-se o princípio contábil da competência.

Bens Imóveis

Os bens imóveis foram reavaliados segundo o método comparativo direto de mercado, que consiste em identificar o valor de mercado mediante tratamento técnico dos atributos comparáveis dos elementos patrimoniais. Ou ainda, dadas as suas características peculiares, avaliados conforme o método involutivo, que identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem em avaliação, bem como as condições de mercado no qual está inserido, considerando cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

Para efeito de avaliação foram considerados:

- a) a área ocupada pela FUNASA, terrenos e edificações, conforme vistoria;
- b) as informações das áreas do terreno e construída, obtidas por meio de consulta ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET e certidões de matrícula em cartório de registro de imóveis;
- c) os desenhos (mapa, planta, croqui, fotos, etc);
- d) as memórias de cálculo, dados amostrais e tabelas; e
- e) as características e condições físicas dos bens;

Para efeito dos cálculos de avaliação não foi utilizado o fator comercial em função dos imóveis serem públicos e institucionais. O objetivo deste trabalho é a avaliação para fins de levantamento patrimonial.

Intangível

Intangíveis são ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

O Processo de avaliação desses ativos está em andamento, na fase de levantamento e avaliação dos elementos que se enquadram na definição de intangível e que atendam aos critérios de reconhecimento.

Deve ser avaliada, ainda, a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços utilizando premissas razoáveis que representem a melhor estimativa em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os ativos intangíveis podem ser reconhecidos de três forma (MCASP, Pág. 178):

- Aquisição separada;
- Geração interna;

- Aquisição por meio de transação sem contraprestação.

Deve ser ressaltada a complexidade desse procedimento e a carência pessoal qualificado para sua consecução.

Após esse procedimento, os bens que se classificarem como intangíveis serão reconhecidos e amortizados mensalmente, depois de definida a sua vida útil econômica e seu valor residual.

As avaliações posteriores serão realizadas pelo método da reavaliação utilizando-se o valor de mercado, segundo critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

6.1.2 Justificativa quanto à Aplicação dos Procedimentos Patrimoniais

Os dispositivos previstos nas NBC T 16.9, 16.10 e 16.11 são de aplicação obrigatória por todos os órgãos e/ou entidades da Administração Direta e Indireta, de todos os poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Versa-se sobre procedimentos contábeis patrimoniais de alta complexidade, periódicos e sistemáticos que requerem a elaboração de estratégia ou plano de aplicação, considerando as deficiências de pessoal porque passa a Instituição. Além disso, muitos deles ensejam a aquisição de recursos tecnológicos que propiciem o adequado, o eficiente e o tempestivo tratamento.

Os procedimentos de reconhecimento e mensuração dos elementos componentes do patrimônio devem ser realizados, conforme as competências regimentalmente atribuídas, por diversos setores da Instituição, que carecem de ser dotados de recursos humanos e materiais para a consecução desses trabalhos.

Bom exemplo é a reavaliação dos bens móveis e imóveis (Imobilizados) da Fundação ter sido necessariamente executada mediante a contratação de serviços técnicos profissionais junto à pessoa jurídica Linkdata Informática e Serviços S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 24.936.973/0001-03, conforme a Ata de Registro de Preços n.º 21/2013 e o Pregão n.º 22/2013. Medida por demais paliativa e onerosa, considerando a recorrência das circunstâncias que motivaram a contratação.

Nesses termos, a FUNASA está buscando meios de prover os quadros dos seus diversos departamentos com pessoal qualificado para execução dos procedimentos contábeis patrimoniais, inclusive com a solicitação de abertura de concurso público junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Ao mesmo tempo, busca-se a criação/aquisição de ferramentas tecnológicas que propiciem o adequado e tempestivo tratamento das rotinas de trabalho, de forma a buscar o atingimento dos objetivos institucionais eficaz, efetiva e eficientemente, inclusive no que concerne à aplicação das orientações e procedimentos técnicos contábeis de natureza patrimonial.

6.1.3 Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

Dada a aplicação de forma parcial dos procedimentos de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação previstos nas NBC T, não é possível avaliar de forma eficaz os possíveis impactos na qualidade das demonstrações contábeis da entidade ou das informações a partir delas obtidas.

As deficiências nesses procedimentos causam inconformidades relevantes e, nesse sentido, os resultados apurados no exercício não estão livres de distorções, situação que inviabiliza a mensuração acurada dos impactos da implementação de tais normativos contábeis.

Os reflexos patrimoniais da reavaliação foram reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido, ante a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais, revertendo-se ao resultado, à medida que os ativos forem realizados.

O reflexo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão são linearmente reconhecidos no resultado do período, assim como o consumo dos ativos de outras naturezas.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Sistema de Informações de Custos, instituído pela Portaria STN nº 157/2011, cria os órgãos Central e Setoriais de Custos, no âmbito do Poder Executivo Federal, nos Ministérios e na Advocacia-Geral da União, pertencentes à estrutura da Administração Direta.

A criação da Seccional de Custos nas entidades da Administração indireta depende de ato normativo do Órgão Superior ao qual se encontram vinculadas. Nesses termos, a criação do setor na FUNASA está em fase de estudo e levantamento dos recursos necessários à consecução da apuração dos custos dos programas e atividades afeitas à Instituição. Pondere-se que a criação da unidade de custos requer a alteração da estrutura regimental e a alocação de recursos materiais, bem como a requisição de pessoal qualificado.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão disponíveis no **Anexo I**.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro A.7.1 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.787/2013-5 (Prestação de Contas - Exercício: 2012)	2225/2016 - TCU – 1ª Câmara	1.7	Ofício nº. 221/2016-TCU/SECEX-MS	25/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. Medida: dar ciência à Superintendência Estadual da Funasa em Mato Grosso do Sul acerca das irregularidades/impropriedades abaixo indicadas a fim de que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, nos termos da Portaria/Segecex nº 13/2011:</p> <p>1.7.1. prejuízo efetivo de R\$ 11.852,56 pelo pagamento, em 2012, de aluguel de imóvel de terceiro sem utilização e potencial de R\$ 92.061,30, decorrente da necessidade de reforma do imóvel de terceiro abandonado sem manutenção após mudança do Pólo-Base de Caarapó/MS;</p> <p>1.7.2. divergência de informações constantes do Relatório de Gestão 2012 e as registradas no SPIUNet em decorrência de fragilidades nos controles internos do Setor de Patrimônio da Unidade;</p> <p>1.7.3. ausência de medidas que visem apurar a acumulação indevida de cargos públicos por servidores cedidos pela FUNASA/SUEST/MS;</p> <p>1.7.4. interrupção de devolução ao Erário de valores percebidos indevidamente por 6 servidores da SUEST/FUNASA-MS;</p> <p>1.7.5. ausência de procedimentos adequados nas fiscalizações a cargo da UJ das transferências voluntárias concedidas;</p> <p>1.7.6. atuação ineficiente e insuficiente da UJ no acompanhamento da apresentação das prestações de contas;</p> <p>1.7.7. ausência de fiscalização física em instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2012;</p> <p>1.7.8. atuação insuficiente e intempestiva da FUNASA/SUEST/MS na análise das prestações de contas de transferências voluntárias apresentadas; e</p> <p>1.7.9. morosidade da FUNASA/SUEST/MS na identificação de situações e providências relativas às transferências voluntárias concedidas que exijam instauração de Tomada de Contas Especial.</p>				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Quanto ao item 1.7.1, foi instaurado processo de Sindicância Administrativa, através da Portaria Funasa/Suest-MS nº. 207, de 18 de agosto de 2016, publicada no BS nº. 34, de 22 de agosto de 2016, visando apurar as possíveis irregularidades que geraram o referido prejuízo. O processo se encontra em andamento, com vistas ao seu julgamento.

Quanto aos demais itens, os setores competentes da Superintendência estão adotando medidas necessárias visando cumprimento das recomendações.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Processo TC nº 026.612/2015-1 (Prestação de Contas - Exercício: 2014)	5925/2016 - TCU - 1ª Câmara	1.7	Ofício nº. 822/2016-TCU/SECEX-MS	30/09/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul

Descrição da determinação/recomendação

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul (SUEST-MS/FUNASA), nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 265/2014, sobre as seguintes impropriedades, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência futura de outras falhas semelhantes:

1.7.1.1. Identificação de servidor com acumulação funcional irregular, o que afronta o disposto no art. 37, XVI, da Constituição Federal – item 1.1.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.2. Carência de servidores no Setor de Convênios - SECOV – item 1.1.3.1 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.3. Fragilidade nos controles internos administrativos da gestão de recursos humanos – item 1.2.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.4. Ineficiência da Unidade referente à inclusão de processos no CGU/PAD - item 2.1.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.5. Fragilidade do sistema de controles internos - item 2.1.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.6. Divergências entre as informações sobre os imóveis de uso especial constantes do Relatório de Gestão da Unidade e as registradas no SPIUnet - item 3.1.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.7. Deficiências no controle interno administrativo referente às atividades de compras e contratações da unidade – item 4.1.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.8. Realização de inexigibilidade de licitação para aquisição de serviços sem a definição clara do objeto, a caracterização da inviabilidade de competição nem a devida apresentação de justificativa de preço, o que afronta o disposto nos arts. 25, inciso I, e 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 – item 4.1.2.2 do Relatório de Auditoria

de Gestão;

1.7.1.9. Gestão ineficiente das transferências voluntárias concedidas pela Unidade quanto ao acompanhamento e à fiscalização dos objetos conveniados e à prestação de contas dos convenentes – item 4.3.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão;

1.7.1.10. Infraestrutura física e tecnológica insuficiente para desenvolver as atividades do Setor de Convênios – item 4.3.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão; e

1.7.1.11. Fragilidades na estrutura de controles internos na gestão de transferências – item 4.3.1.3 – do Relatório de Auditoria de Gestão.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Diante das impropriedades apontadas, estão sendo adotadas providências junto às áreas competentes da Superintendência a fim de dirimi-las e evitar ocorrências semelhantes.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro A.7.2 Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Item	Identificação da Solicitação	Comunicação Recebida		Determinação/Recomendação	Providências Adotadas					Atendimento/Justificativa para o não atendimento	Status
		Documento	Data		Doc. Expedido	Data	Responsável pela implementação	Providências Adotadas	Resultados Obtidos		
1	CGU-MS	Ofício nº. 4903/2016/Regional/MS-CGU	10/06/2016	Inserção no Sistema Monitor das providências adotadas em relação as recomendações pendentes de atendimento.	Despacho nº. 981/GABINE TE/SUEST-MS	10/06/2016	Suest-MS	Cada área da Superintendência, responsável pelo tipo de demanda, está adotando as medidas necessárias para atendimento das recomendações no Sistema Monitor.	Diminuição do passivo de recomendações pendentes, tendo sido respondidas 46 recomendações, das 100 que constavam como expiradas.	Diante do volume de trabalho e o corpo reduzido de servidores, as demandas no Sistema Monitor vão sendo atendidas na medida do possível.	Em atendimento

7.3 Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Quadro A.7.3 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
			-	2	-	2	-	

Fonte: SECOV/SUEST-MS

* Na Suest-MS, no exercício de 2016, segundo levantamento do SECOV, houve a elaboração de 02 (dois) Roteiros para Admissibilidade de Tomada de Contas Especial – RATCE, referentes ao Convênio 0225/2004 (530993) e Convênio 0861/2006 (569090), visando subsidiar a autoridade instauradora em sua decisão. No entanto, o Superintendente, na época, decidiu por **não** instaurar tais procedimentos, no intuito de esgotar todas as medidas administrativas para solução das pendências.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Funasa observa o cronograma de pagamento das obrigações contratuais.

No entanto, no exercício financeiro de 2016 houve desequilíbrio no fluxo financeiro por parte do Governo Federal, ou seja, a Funasa não recebeu os recursos na quantia devida e ainda de forma intempestiva, principalmente aqueles destinados às ações do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Considerando o efeito suspensivo da admissão do Pedido de Reexame até a decisão final de mérito do Tribunal interposto contra o Acórdão 2.859/2013 – Plenário/TCU, que expediu determinações aos órgãos públicos federais para que revisassem todos contratos vigentes e os já encerrados que foram beneficiados pela desoneração da folha de pagamento e face à notícia veiculada no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI informou em 01/04/2015 aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).

Segue abaixo a transcrição, in verbis, dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, ora recorrido:

➤9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

• 9.2.1 *nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;*

• 9.2.2 *orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;*

• 9.2.3 *no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;*

• 9.3. *determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;*

A Secretaria de Logística e Tecnologia expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG, após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

A UPC NÃO UTILIZA ESTA DESPESA.

8 CONCLUSÃO

O processo de elaboração do Relatório de Gestão 2016 contou com a participação e o comprometimento dos servidores da instituição, com o objetivo de levar ao conhecimento do leitor os trabalhos desenvolvidos, a aplicação dos recursos públicos e os resultados alcançados pela Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul no cumprimento de sua missão institucional.

Estabeleceu-se um cronograma de trabalho, com a distribuição das matérias correlatas a cada área, implicando assim na responsabilização de todos para formalização do documento. Dessa forma, a feitura do Relatório de Gestão não se limitou ao cumprimento estrito da necessidade legal. Todas as informações nele contidas foram analisadas observando desde a fonte geradora das mesmas, passando pela crítica dos processos de trabalho, até a comparação com os indicadores de desempenho da instituição.

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, ser uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;
- Eficiência;
- Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso sócio-ambiental.

ANEXO I

Item 6.3 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	6.243.788,89	3.633.411,16
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.717.319,00	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	3.526.469,89	3.633.411,16
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.526.469,89	3.633.411,16
Transferências Financeiras Recebidas	3.822.584,11	3.986.965,62	Transferências Financeiras Concedidas	751,48	40.305,06
Resultantes da Execução Orçamentária	3.171.059,85	2.936.418,63	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	3.171.059,85	2.936.418,63	Independentes da Execução Orçamentária	751,48	40.305,06
Independentes da Execução Orçamentária	651.524,26	1.050.546,99	Movimento de Saldos Patrimoniais	751,48	40.305,06
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	651.524,26	1.050.546,99	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	3.160.476,63	743.032,75	Despesas Extraorçamentárias	629.120,15	1.064.675,39
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.158.057,50	699.191,37	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	612.337,93	1.062.062,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.667,65	-27.109,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.782,22	2.612,98
Outros Recebimentos Extraorçamentários	751,48	70.950,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	751,48	41.469,38			
Demais Recebimentos	-	29.481,05			
Saldo do Exercício Anterior	29.481,05	37.874,29	Saldo para o Exercício Seguinte	138.881,27	29.481,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.481,05	37.874,29	Caixa e Equivalentes de Caixa	138.881,27	29.481,05
TOTAL	7.012.541,79	4.767.872,66	TOTAL	7.012.541,79	4.767.872,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	6.243.788,89	6.243.788,89
TOTAL	-	-	6.243.788,89	6.243.788,89
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	3.356.691,68	3.017.354,83	3.017.354,83	-3.356.691,68
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	3.356.691,68	3.017.354,83	3.017.354,83	-3.356.691,68
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	2.887.097,21	68.376,56	68.376,56	-2.887.097,21
Investimentos	-	-	2.887.097,21	68.376,56	68.376,56	-2.887.097,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	6.243.788,89	3.085.731,39	3.085.731,39	-6.243.788,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	6.243.788,89	3.085.731,39	3.085.731,39	-6.243.788,89
TOTAL	-	-	6.243.788,89	3.085.731,39	3.085.731,39	-6.243.788,89

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	16.138,68	612.163,61	605.468,93	605.468,93	6.694,68	16.138,68
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.138,68	612.163,61	605.468,93	605.468,93	6.694,68	16.138,68
DESPESAS DE CAPITAL	-	87.027,76	6.869,00	6.869,00	80.158,76	-
Investimentos	-	87.027,76	6.869,00	6.869,00	80.158,76	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.138,68	699.191,37	612.337,93	612.337,93	86.853,44	16.138,68

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	9.260.098,12	10.465.152,44	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.260.098,12	10.465.152,44

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	138.881,27	29.481,05	PASSIVO FINANCEIRO	3.188.562,66	744.811,10
ATIVO PERMANENTE	9.121.216,85	10.435.671,39	PASSIVO PERMANENTE	-	375,21
			SALDO PATRIMONIAL	6.071.535,46	9.719.966,13

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	449.519,59	361.310,15	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.638.374,29	1.757.132,90
Execução dos Atos Potenciais Ativos	449.519,59	361.310,15	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.638.374,29	1.757.132,90
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	449.519,59	361.310,15	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.638.374,29	1.757.132,90
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	449.519,59	361.310,15	TOTAL	1.638.374,29	1.757.132,90

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.717.319,00
Recursos Vinculados	-332.362,39
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-332.362,39
TOTAL	-3.049.681,39



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	184.645,78	689.597,20
INGRESSOS	3.825.003,24	4.030.807,00
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	3.825.003,24	4.030.807,00
Ingressos Extraorçamentários	1.667,65	-27.109,05
Transferências Financeiras Recebidas	3.822.584,11	3.986.965,62
Arrecadação de Outra Unidade	751,48	41.469,38
Demais Recebimentos	-	29.481,05
DESEMBOLSOS	-3.640.357,46	-3.341.209,80
Pessoal e Demais Despesas	-3.606.320,44	-3.296.642,65
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-3.606.320,44	-3.296.642,65
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-16.503,32	-1.649,11
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-16.503,32	-1.649,11
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-17.533,70	-42.918,04
Dispêndios Extraorçamentários	-16.782,22	-2.612,98
Transferências Financeiras Concedidas	-751,48	-40.305,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-75.245,56	-697.990,44
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-75.245,56	-697.990,44
Aquisição de Ativo Não Circulante	-75.245,56	-697.990,44
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	109.400,22	-8.393,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	29.481,05	37.874,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	138.881,27	29.481,05



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.933.324,82	4.729.387,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.826.479,11	3.991.848,41
Transferências Intragovernamentais	3.822.584,11	3.986.965,62
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.895,00	4.882,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	106.094,23	696.069,53
Reavaliação de Ativos	-	90.636,80
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	105.719,02	605.432,73
Ganhos com Desincorporação de Passivos	375,21	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	751,48	41.469,38
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	751,48	41.469,38
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.389.669,70	5.361.582,41
Pessoal e Encargos	-	16.975,50
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	16.975,50
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.795,95	36.082,35
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.795,95	36.082,35
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.187.012,86	3.690.860,27
Uso de Material de Consumo	600.319,80	380.403,08
Serviços	3.095.129,17	3.006.311,09
Depreciação, Amortização e Exaustão	491.563,89	304.146,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	171.561,40	788.528,46
Transferências Intragovernamentais	751,48	40.305,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	170.809,92	748.223,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.905,78	829.135,83
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	272.517,42
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.078,79	565,74
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	2.826,99	556.052,67



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	255012 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	393,71	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	393,71	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-456.344,88	-632.195,09

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015